

# PROJETO EDUCATIVO DE AGRUPAMENTO



**grupamento de Escolas General Humberto Delgado**

Com sede na Escola Secundária/3 José Cardoso Pires

Santo António dos Cavaleiros

---

ANOS LETIVOS 2011 – 2015

**ÍNDICE**

1. Introdução ao Projeto Educativo do Agrupamento	3
2. O diagnóstico estratégico	6
2.1. Caracterização do meio	7
2.1.1. Aspeto geográfico	7
2.1.2. Aspetos sociais e culturais	8
2.1.2.1. A população	8
2.1.2.2. Os equipamentos sociais, culturais e coletivos	9
2.1.2.3. O parque escolar	9
2.1.2.4. Associações e clubes	10
2.1.3. Aspetos económicos e estruturais	10
2.2. História das Escolas do Agrupamento: fundação e evolução	11
2.2.1. Origem e caracterização da EB1/JI de Santo António dos Cavaleiros	12
2.2.2. Origem e caracterização da EB1/JI da Quinta do Conventinho	13
2.2.3. Origem e caracterização da EB2,3 General Humberto Delgado	17
2.2.4. Origem e caracterização da Secundária/3 José Cardoso Pires	19
2.2.4.1. Projetos e estruturas de caráter educativo do Agrupamento	21
2.2.4.2. Espaços e equipamentos das Escolas EB2,3 e Secundária/3	22
2.2.4.3. Recursos ao dispor das escolas do Agrupamento	24
2.3. Estrutura Organizacional e funcional	25
2.4. Oferta formativa – curricular – do Agrupamento	26
2.4.1. Educação Pré-Escolar	27
2.4.2. Ensino Básico	28
2.4.3. Cursos de Educação e Formação	30
2.4.4. Ensino Secundário – Cursos Científico-Humanísticos	30
2.4.5. Ensino Secundário – Cursos Profissionais	31
2.5. Organização das aulas/blocos	32
2.6. As parcerias	32
2.7. Quadro de referência: potencialidades e constrangimentos	34
3. A missão e a visão do Agrupamento	41
3.1. A escola hoje	41
3.2. A missão e a visão	42
4. As finalidades educativas e as metas	43
5. Avaliação do Projeto Educativo do Agrupamento	49
5.1. Avaliação do PAAA	50
5.2. Avaliação do PEA	50
6. Aprovação e divulgação	51
7. Anexos	51
7.1. Objetivos gerais dos ciclos de ensino	51
7.1.1. Objetivos da Educação Pré-escolar	52
7.1.2. Objetivos do Ensino Básico	52
7.1.3. Objetivos do Ensino Secundário	54
7.2. Modelo de avaliação	54
7.3. Plantas e funcionalidades das escolas do agrupamento	57

- 7.3.1. Escola Básica 1/JI de Santo António dos Cavaleiros
- 7.3.2. Escola Básica 1/JI da Quinta do Conventinho
- 7.3.3. Escola Básica 2,3 General Humberto Delgado
- 7.3.4. Escola Secundária/3 José Cardoso Pires

## 1. Introdução ao Projeto

### Definição e enquadramento legal e educativo

A ideia de projeto chega tardiamente à instituição escolar, após um longo percurso já percorrido noutras instituições nomeadamente de índole económica. Na escola portuguesa, tradicionalmente centralizadora, sujeita a um único projeto nacional, determinado pelo poder central, nunca houvera possibilidade de desenvolver um projeto autónomo. A introdução do “projeto educativo” nas escolas públicas resulta da Reforma de 1986, aparecendo a expressão pela primeira vez na Proposta Global de Reforma:

*A escola ou centro de educação pré-escolar tem direito a um Projeto Educativo inserido nos princípios gerais definidos pela Constituição da República Portuguesa (...). A concretização normal daquele projeto expressa-se no Plano Anual de Atividades elaborado pela comunidade educativa. A existência do Projeto Educativo é um direito da comunidade educativa e um dever da escola ou centro de educação pré-escolar. O Projeto educativo é definido pela comunidade educativa através das estruturas previstas neste diploma.*

Ainda segundo a Proposta Global de Reforma, o Projeto Educativo deve ser o referencial fundamental da escola, o impulsionador de todas as atividades educativas, afirmando-se que:

*Cada escola ou centro deve, através dos seus órgãos de gestão, selecionar os modelos pedagógicos de implementação curricular, os métodos de ensino e de avaliação, os textos e materiais didáticos, as atividades de complemento curricular, as atividades de reforço curricular e as atividades de apoio educativo congruentes com o Projeto Educativo da comunidade educativa.*

Mas, se este era um documento orientador, em termos legais, é o Decreto-Lei nº 43/89 – conhecido pelo documento da autonomia escolar – que determina o direito da escola oficial elaborar o Projeto Educativo, afirmando no seu preâmbulo:

*A autonomia da escola concretiza-se na elaboração de um projeto educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro de princípios de responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar e de adequação a características e recursos da escola e às solicitações e apoios da comunidade em que se insere.*

*O Projeto educativo traduz-se designadamente na formulação de prioridades de desenvolvimento pedagógico, em planos anuais de atividades educativas e na elaboração de Regulamentos Internos para os principais setores e serviços escolares. (art.º 2º, ).*

Já mais recentemente, é publicado o Decreto-Lei nº 115-A/98 de 4 de Maio, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Este diploma clarifica em definitivo quer o conceito, quer os intervenientes e o seu papel, e, ainda, a importância que o Projeto pode vir a ter na “configuração da autonomia” da escola.

Assim, no seu artº 3º, ponto 2, alínea a) define Projeto Educativo como:

*O documento que consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa.*

Define, igualmente, qual o papel interventor dos vários órgãos no Projeto Educativo. À Assembleia de Escola compete aprovar o projeto educativo da escola e acompanhar e avaliar a sua execução. À Direção Executiva compete, ouvido o Conselho Pedagógico, elaborar e submeter à aprovação da Assembleia o Projeto Educativo. Ao Conselho Pedagógico, finalmente, compete apresentar propostas para a elaboração do Projeto Educativo.

A Lei nº 24/99 de 22 de Abril veio estabelecer uma nova redação para o art.º 26 da lei da autonomia, considerando que faz parte das competências do Conselho Pedagógico alínea b) Elaborar a proposta de Projeto Educativo da escola.

Finalmente, o Decreto-Lei nº 75/2008 de 22 de Abril, veio estabelecer um novo ordenamento jurídico para a autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Mais do que uma simples alteração legislativa, trata-se, antes, de uma rutura com o passado recente no

que concerne à gestão dos estabelecimentos públicos. No seu preâmbulo, ficam claros os objetivos principais a atingir com esta alteração.

Em primeiro lugar, reforçar a participação das famílias e comunidades na direção estratégica dos estabelecimentos de ensino, sobretudo com a criação do Conselho Geral. Em segundo lugar, procura-se reforçar as lideranças das escolas, instituindo-se, para tal, a figura do Diretor. O presente decreto-lei pretende atingir um terceiro objetivo: o reforço da autonomia das escolas.

No seu artº 8º, ponto 1, define autonomia como: *a faculdade reconhecida ao agrupamento de escolas ou à escola não agrupada pela lei e pela administração educativa de tomar decisões nos domínios da organização pedagógica, da organização curricular, da gestão dos recursos humanos, da acção social escolar e da gestão estratégica, patrimonial, administrativa e financeira, no quadro das funções, competências e recursos que lhe estão atribuídos.*

Apointa, igualmente, como um dos instrumento do exercício da autonomia pelos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas, a par do regulamento interno, dos planos anuais e plurianuais de agrupamento e do orçamento, **o Projeto Educativo** que define como sendo **“o documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa.”**

O Projeto Educativo pode assim definir-se como um conjunto coerente das metas e dos objetivos, dos métodos e dos meios específicos definidos pelo agrupamento de escolas a fim de participar nos objetivos traçados a nível nacional. O Projeto integra os dados da história e do meio, os condicionalismos que afetam as escolas do agrupamento e os recursos humanos e materiais de que dispõem. Como documento nuclear e referencial de toda a atividade escolar, visando exprimir uma vontade coletiva, deve ser elaborado, realizado e avaliado através de um processo participado pelos professores e funcionários, associando, preferencialmente, os utilizadores e os parceiros exteriores.

Compete ao Conselho Geral, órgão colegial de direção estratégica responsável pela definição de linhas orientadoras de planeamento de atividades da escola, aprovar o

projeto educativo elaborado pelo conselho pedagógico e acompanhar e avaliar a sua execução.

Mas sendo o Projeto a referência da organização, ele deve traduzir os modos de operacionalização dos seus objetivos através de documentos mais instrumentais – os instrumentos de autonomia, de acordo com o art.º 9º do DL 75/2008 de 22 de Abril são o projeto educativo, os planos anuais e plurianuais de atividades e o orçamento. O Plano Anual de Atividades é composto por toda a programação escolar, incluindo as planificações dos vários departamentos, as planificações de projetos e atividades extracurriculares. É aprovado anualmente pelo Conselho Geral. O Regulamento Interno visa definir as normas referentes à estrutura orgânica, pedagógica e administrativa que regulam a vida interna do agrupamento. Deve ser atualizado sempre que se justifique, seja pela publicação de legislação que assim o obrigue seja pela própria dinâmica da escola. O Orçamento é o documento em que se prevêem, de forma discriminada, as receitas a obter e as despesas a realizar pelo agrupamento de escolas.

## **2. O diagnóstico estratégico**

O diagnóstico estratégico tem por objetivo avaliar os fatores internos e externos do agrupamento de modo a prever as alterações que se operam e preparar-se para agir.

Toda a organização age em interação com o meio-ambiente em que atua. O meio determina as condições de vida das organizações, por via legislativa, económica, sociocultural, política, tecnológica, etc. Para responder às necessidades do meio, a organização precisa de recursos (humanos, materiais e financeiros). A avaliação das condições oferecidas pelo meio e a resposta que a organização apresenta fazem parte do processo de avaliação diagnóstica, nomeadamente através da identificação dos seus pontos fortes e dos seus pontos fracos e através do reconhecimento das ameaças e oportunidades que do exterior condicionam e fomentam o seu desenvolvimento.

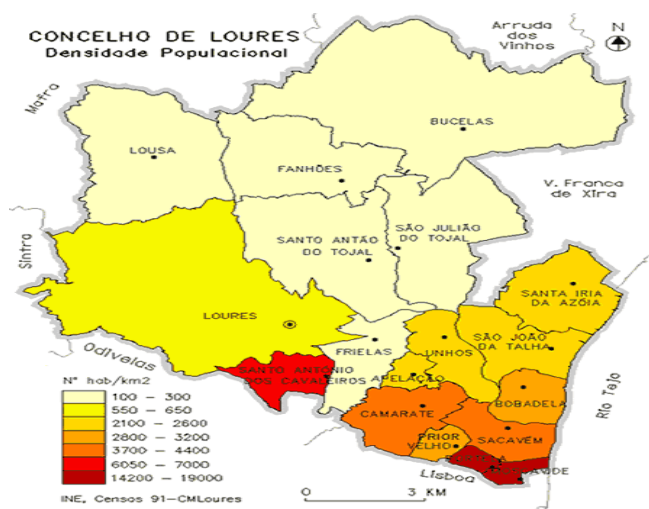
### **2.1. Caracterização do Meio**

#### **2.1.1. Aspecto geográfico**

Santo António dos Cavaleiros é uma freguesia do concelho de Loures, criada em 1989. Está limitada a norte pela freguesia de Loures, a oeste pelas freguesias da

Ramada e de Odivelas, a leste pela freguesia de Frielas e a sul pela da Póvoa de Santo Adrião. Foi elevada à categoria de vila em 1991.

Gráfico: Concelho de Loures



A freguesia ocupa 3,47 km<sup>2</sup> e, antes do processo de urbanização, era uma área com características rurais, constituída por várias quintas. Na década de 60 começou a urbanização desta área, destacando-se o projecto da ICESA que tinha como objetivo a construção de um bairro residencial de qualidade, destinado a estratos sociais médio-altos. Em consequência das inundações de 1967 foi construído o designado Bairro da Caixa para alojar as vítimas destas inundações. Na década de 70, continuou o processo de crescimento com a construção da urbanização da Cidade Nova, que se prolongou pela das Torres da Bela Vista. Com a criação da freguesia, ficou também agregada a esta autarquia a urbanização da Quinta das Flores. É, predominantemente, uma localidade de criação recente. Além desta integram a freguesia as seguintes localidades: Bairro da Paradela, Flamengo, Ponte Frielas, Quinta da Caldeira, Quinta do Conventinho e Urbanização do Almirante.

A freguesia ocupa um espaço que se prolonga desde o vale da Ribeira de Odivelas, estendendo-se pela encosta oeste e pelo planalto. Assenta sobre o manto basáltico de Lisboa que, nesta área, atinge uma espessura considerável, como se pode observar nalguns cortes feitos para implantar os edifícios. Dada a sua altitude, apresenta um microclima específico, com temperaturas mais moderadas que as do fundo do vale ou da várzea de Loures.

## **2.1.2. Aspetos sociais e culturais**

### **2.1.2.1. A População**

A área hoje ocupada pelas urbanizações conheceu uma ocupação humana no período pré-histórico, dada a sua posição geográfica de espaço alcandorado sobre o vale e a várzea de Loures. Desta ocupação pré-histórica são conhecidos os vestígios arqueológicos da estação do Casal do Monte, os quais se encontram em museus de Loures e de Lisboa.

Ainda hoje há vestígios da atividade rural que era a exclusiva desta área até há não muito tempo, ou seja, até à ocupação urbana recente. Esta atividade rural é testemunhada pelos restos de antigos moinhos e pelas quintas e casais. Algumas destas quintas e casais mantêm a sua atividade rural. Nalguns casos, as casas apalaçadas das quintas têm sido restauradas, e certos casais deram origem a uma ocupação clandestina que introduziu aspectos anárquicos na paisagem pela fraca qualidade urbanística que apresentam.

A partir da década de 60 a população tem crescido exponencialmente, verificando-se, entre 1960 e 1970, um aumento populacional de 100%. Entre 1981 e 1991, a população registou um aumento de 15.000 pessoas, passando de 12.000 para 27.000 habitantes. Esta população é, em geral, bastante jovem. Em 1991, a freguesia contava 26.356 habitantes, o que corresponde a uma densidade populacional de 7.767 habitantes por quilómetro quadrado, ou seja, o segundo maior valor no concelho de Loures. Os dados recolhidos em 2005, indicam um acréscimo para 30.000 habitantes, confirmando a tendência da última década. Para esta vila convergiram, especialmente no período a seguir ao 25 de Abril de 1974, em consequência da descolonização, diferentes tipos de população oriundos de diversos países do mundo nomeadamente dos PALOPs e, também, de diversos distritos do continente e das Regiões Autónomas.

Nesta altura, estas características demográficas justificaram que, nesta área, à revelia das tendências gerais do sistema educativo a nível nacional, se continuasse a verificar uma progressiva extensão da população escolar exigindo a criação de novas instalações. Daí resulta que o parque escolar tenha evoluído ao encontro das crescentes necessidades da população.

Na estrutura etária da população predominavam os jovens, tendo o grupo de idades superiores a 65 anos o peso de apenas 3,4%. Quanto à população ativa, que correspondia a 44,9% da população total, concentrava-se essencialmente no setor terciário.



Atualmente e, de acordo com os Censos de 2011, a freguesia de Santo António dos Cavaleiros tem 25881 habitantes, sendo 12263 homens e 13618 mulheres, verificando-se um ligeiro decréscimo da população residente. A estrutura etária sofreu algumas alterações, justificada pelo envelhecimento da população residente, havendo agora 12% de indivíduos com mais de 65 anos, 57,6% de pessoas entre os 25 e os 64, 12,7% entre os 15 e os 24 anos e 17,7% de população com menos de 15 anos.

Existem na freguesia 9858 famílias clássicas, sendo a sua maioria composta por agregados familiares de 2 ou 3 pessoas.

No que se refere ao nível de instrução, a maioria da população residente em Santo António (55,2%) tem habilitações iguais ou superiores ao 9º ano, embora existam ainda 4435 indivíduos sem qualquer nível de instrução, o que corresponde a 17,1% da população da freguesia. 4027 tem o 1º ciclo (15,6%), 3119 concluiu o 2º ciclo (12,1%), 5311 tem o 9º ano (20,5%), 4691 tem o nível secundário de educação (18,1%), 540 estudos pós secundários (2,1%) e 3758 concluíram o nível superior (14,5%).

#### **2.1.2.2. Os equipamentos sociais, culturais e coletivos**

No que respeita aos equipamentos sociais e coletivos, a freguesia é deficitária. Dispõe de um posto da PSP, uma estação de CTT, um Centro de Saúde renovado, um hospital novo – Hospital Beatriz Ângelo para servir a população da zona Norte de Lisboa, o Museu Municipal do Conventinho, o Centro Paroquial e Cultural de Santo António dos Cavaleiros, quatro farmácias e algumas agências bancárias.

#### **2.1.2.3. O parque escolar**

O parque escolar de Santo António dos Cavaleiros evoluiu muito positivamente, acompanhando as crescentes necessidades da população. A nível da educação pré-escolar, existem vários jardins-de-infância privados e da rede pública; as quatro escolas do 1º ciclo do ensino básico são de construção relativamente recente, de tipologia adequada; duas escolas dos 2º e 3º ciclos do ensino básico, uma das quais construída de raiz segundo as novas tipologias e incluindo já um Pavilhão Gimnodesportivo; existe uma escola do ensino secundário que inclui, turmas do 3º ciclo do ensino básico na população escolar. Este estabelecimento está, igualmente, equipado com um Pavilhão Gimnodesportivo, que serve, no seu horário pós-escolar, as coletividades e clubes da freguesia e do concelho. Estas escolas encontram-se organizadas em agrupamentos.

O Agrupamento de Escolas General Humberto Delgado é constituído por duas escolas do 1º ciclo/Jardim-de-infância, uma do 2/3 ciclo e uma Secundária com 3º ciclo, que é objeto do nosso projeto. Todas as escolas deste Agrupamento funcionam em regime diurno.

#### **2.1.2.4. Associações e Clubes**

Com o desenvolvimento espacial e demográfico da freguesia, foram surgindo diversas coletividades com o objetivo principal de dar ocupação aos tempos livres dos moradores e desenvolver determinadas práticas desportivas. Contam-se em número de onze esse tipo de associações, merecendo particular realce o AMSAC (Associação de Moradores de Santo António dos Cavaleiros) e o Futebol Clube de Frielas. Deve ter-se particular atenção à atividade destas coletividades, pelo contributo que elas dão à formação pessoal e social dos jovens, desempenhando uma importante função educativa complementar à da escola e à da família.

A escola, como organização educativa que é, procura integrar-se na vida da comunidade, colaborando com as coletividades que dão apoio aos jovens na prática dos desportos e de outras atividades de ocupação de tempos livres, contribuindo com essa ação para a formação global da juventude.

#### **2.1.3. Aspetos económicos e estruturais**

Santo António dos Cavaleiros é fundamentalmente um dormitório da cidade de Lisboa, da qual se encontra dependente em quase todos os aspetos, principalmente dos que resultam da situação de a maioria dos seus habitantes trabalhar na cidade, o que levanta grandes problemas de transportes, sobretudo nas horas de ponta, determinando uma tendência excessiva para o uso de viatura própria. A freguesia apresenta uma acessibilidade muito elevada, com ligações próximas aos principais eixos viários da região metropolitana de Lisboa, nomeadamente a A8, CREL, CRIL, IC22 e IC17.

A vila de Santo António dos Cavaleiros é servida por transportes públicos que são assegurados por uma única empresa privada, a qual, tendo como objetivo dominante a ligação entre a freguesia e Lisboa, mantém uma deficiente ou inexistente circulação interna, bem como a ligação direta com as principais localidades próximas, nomeadamente Loures e Odivelas. Com a abertura do novo hospital têm sido criadas novas carreiras sendo ainda insuficientes.

De acordo com os censos de 2011 existe um total de 11926 alojamentos familiares na freguesia de Santo António dos Cavaleiros, distribuídos por 725 edifícios, construídos quase na sua totalidade após 1971 (262 entre 1971 e 1990 e 278 entre 1991 e 2011).

Na vila predominam os edifícios desenvolvidos em altura, constituídos por elevado número de condóminos. Existem espaços verdes que ocupam uma área significativa, alguns deles de grande qualidade em termos de ordenamento biofísico, como o espaço à entrada da freguesia. Ultimamente, a autarquia tem desenvolvido uma ação muito positiva no sentido de aumentar a segurança e os espaços de lazer ao dispor da população residente.

Em Santo António dos Cavaleiros, predominam as atividades comerciais, destacando-se o comércio alimentar, salientando-se, pelo seu número, as que oferecem mercadorias mais banais e de necessidade frequente. Quanto aos serviços, predominam os cabeleireiros/barbeiros, clínicas médicas, agentes de seguros e agências de venda de imobiliário e mais recentemente o Centro Comercial *Continente*, inicialmente *Carrefour*.

Verifica-se a concentração do comércio e dos serviços em quatro pólos principais: Torres da Bela Vista, Cidade Nova, Santo António dos Cavaleiros e Flamenga. Estes pólos oferecem bens e serviços diversificados, de acordo com as necessidades imediatas da população.

Complementarmente, encontram-se ainda algumas unidades funcionais dispersas, salientando-se a existência de quiosques, alguns dos quais se dedicam à venda de bens alimentares de compra diária, como as frutas e as hortaliças.

## **2.2. História das Escolas do Agrupamento: Fundação e evolução**

O Agrupamento de Escolas General Humberto Delgado é constituído pelas seguintes escolas:

EB1/JI Santo António dos Cavaleiros – Código 287635

EB1/JI Quinta do Conventinho – Código 294500

Escola Básica 2/3 General Humberto Delgado – Código 344618

Escola Secundária com 3º ciclo José Cardoso Pires – Código 403532

### 2.2.1. Origem e caracterização da EB 1º Ciclo e JI de SAC

A EB1 e o JI funcionam num mesmo espaço, situado na Rua Cesário Verde, numa área residencial, designada por "Cidade Nova", pertencente à freguesia de Santo António dos Cavaleiros, concelho de Loures.

A Escola foi inaugurada no ano letivo de 1999/2000, estando dotada de espaços agradáveis e bem conservados, possuindo rampas de acesso que permitem a inclusão de alunos com cadeiras de rodas.

A área exterior é composta por 3 grandes espaços: campo de jogos, brincadeiras (jogos tradicionais) e equipamentos lúdicos (parque infantil). O Jardim de Infância dispõe de uma pequena zona coberta e de uma área de recreio equipada com uma estrutura lúdica em metal. De utilização comum ao Jardim de Infância e à escola existe o refeitório, o ginásio (com balneários), a Biblioteca Escolar/centro de recursos, o campo de jogos, gabinetes de coordenação e de apoio à coordenação, uma sala de professores e um gabinete médico. A Escola dispõe de 14 salas de aula, com arrecadação e um espaço para expressão plástica comum a cada duas salas. Há também a sala TIC, também utilizada pelo JI, equipada com 12 computadores com Internet ligados em rede. O Jardim-de-Infância possui 3 salas de atividades, com 4 blocos sanitários distintos das salas de atividades: 2 para crianças, 1 para adultos e 1 adaptado para pessoas portadoras de deficiência; 1 pequena sala atualmente utilizada pelo JI e Associação de Pais; 2 pequenos espaços para arrumos diversos.

A - Evolução do Número de Alunos:

O Jardim-de-infância de Stº António dos Cavaleiros dispõe de uma **oferta educativa** que pode ir até 75 crianças (podendo inscrever-se crianças dos 3 aos 5 anos de idade), distribuídos por 3 salas. No entanto, esta oferta pode variar de acordo com a legislação em vigor e com a existência de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE), conforme quadro que se segue. A Escola Básica do 1º ciclo de Santo António dos Cavaleiros dispõe de uma oferta educativa que pode ir até 364 alunos, na distribuição máxima com turmas a 26 alunos, distribuídos por 14 turmas, com a variação anual que se apresenta no quadro em anexo:

Anos de escolaridade	Jl	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
2008-2009	69	42	45	47	49
2009-2010	70	53	77	78	109
2010-2011	70	72	84	63	86
2011-2012	65	74	74	85	78

## B - Alunos por Escalões do ASE:

Ano letivo	Escalão A	Escalão B
2008-2009	83	60
2009-2010	101	94
2010-2011	140	90
2011-2012	138	90

## C - Pessoal docente – ano letivo 2011/2012:

	Quadro	Cont.
Educadores de Infância	1	3
Professores do 1º Ciclo *	16	6
Totais	17	9

\* 4 destes professores dão apoio socioeducativo e a crianças com necessidades educativas especiais e 1 é professora bibliotecária, 1 coordenadora de estabelecimento e 1 de Departamento.

## D - Pessoal não docente – ano letivo 2011/2012:

Assistentes Operacionais	7 (2 no Jl para acompanhamento às 3 salas)
Assistentes Operacionais de apoio NEE	3
Assistentes Operacionais de apoio à Família	3 (2 no Jl, no acompanhamento ao SAF)

Nota: Muitos dos serviços estão a ser assegurados por pessoas ao abrigo do CEI – Contrato de Emprego e Inserção (Projeto entre a Câmara Municipal de Loures e o Centro de Emprego).

### 2.2.2. Origem e caracterização da EB1/Jl Quinta do Conventinho

A Escola foi inaugurada no dia 17 de Setembro de 2009.

A EB1 e o Jl funcionam no mesmo espaço, situado na Rua Rómulo de Carvalho, numa área residencial, designada por "Quinta do Conventinho", pertencente à freguesia de Santo António dos Cavaleiros, concelho de Loures.

Destacam-se três núcleos distintos: o núcleo central, onde se encontram as áreas comuns e de apoio funcional a todo o equipamento, tais como átrio, gabinete de coordenação e sala de professores com WC incluído, refeitório, cozinha e respetivos anexos, 4 salas de arrumos, ginásio com balneários, WC's localizados em diferentes locais e área de recreio (pequeno espaço com telheiro). Existe ainda uma central técnica, uma sala de vídeo-vigilância e de reprografia.

O núcleo Jardim-de-Infância, localizado no Piso 0, com 3 salas de atividades com 1 bloco sanitário dentro de cada sala de atividades, 4 espaços para arrumos diversos, situando-se um deles, dentro das salas, uma sala para educadores, sala Polivalente onde funciona o Serviço de Apoio à Família (Prolongamento de Horário) do JI e uma sala de pequenos grupos onde funciona o ATL "Os Traquinas" da Associação de Pais.

O Piso 1 destina-se ao 1.º Ciclo com 8 salas da aula equipadas com quadros interativos, um computador e uma impressora, cacifos para os alunos, uma sala de arrumos e um espaço para expressão plástica comum a cada duas salas. Neste Piso existe ainda a sala TIC com vários computadores ligados em rede e a BE/CRE, espaços que poderão ser utilizados pela comunidade educativa deste estabelecimento de ensino.

A área exterior ou de recreio é composta por 2 espaços: um campo de jogos e um parque infantil para as crianças do pré-escolar constituído por estruturas de madeira e cordas, balancés. No espaço exterior existem ainda duas pequenas áreas cobertas com telheiros, uma em cada um dos lados do recreio (espaço de jogos, parque infantil).

O Jardim-de-infância de Quinta do Conventinho dispõe de uma **oferta educativa** que pode ir até 75 crianças (podendo inscrever-se crianças dos 3 aos 5 anos de idade), distribuídos por 3 salas. No entanto, esta oferta pode variar de acordo com a legislação em vigor e com a existência de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE), conforme quadro que se segue. A Escola Básica do 1º ciclo de Santo António dos Cavaleiros dispõe de uma oferta educativa que pode ir até 208, na sua oferta máxima com turmas a 26 alunos, caso não existam alunos com Necessidades Educativas Especiais, distribuídos por 8 turmas, com a variação anual que se apresenta no quadro em anexo:

**A - Evolução do Número de Alunos:**

Anos de escolaridade	Jl	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano
2008-2009	70	41	44	45	46
2009-2010	72	43	45	42	43
2010-2011	70	48	41	39	43
2011-2012	71	47	47	40	44

**B - Alunos por Escalões do ASE:**

Ano letivo	Escalão A	Escalão B
2008-2009	81	60
2009-2010	88	79
2010-2011	101	49
2011-2012	172	40

**C - Pessoal docente – ano letivo 2011/2012:**

	Quadro	Cont.
Educadores de Infância	1	2
Professores do 1º Ciclo *	12	1
Totais	13	3

\* 4 destes professores dão apoio socioeducativo e a crianças com necessidades educativas especiais e 1 coordenadora de estabelecimento.

**D - Pessoal não docente – ano letivo 2011/2012:**

Assistentes Operacionais no 1º Ciclo	4
Assistentes Operacionais no Jardim de Infância	2, no acompanhamento às 3 salas de atividades
Assistentes Operacionais de apoio à Família	2

Muitos dos serviços estão a ser assegurados por pessoas ao abrigo do CEI – Contrato de Emprego e Inserção (Projeto entre a Câmara Municipal de Loures e o Centro de Emprego).

**E - Projetos e recursos pedagógicos das duas escolas do 1º Ciclo e Jardins de Infância:**

- **PROJETOS / PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO:**

- Área da Educação: aLer+; Já sei Ler; Educar para a Cidadania (Banco alimentar Contra a Fome)/(Campanhas de Solidariedade); PAIS.Como;

“Sempre a Bombear”; “Apagar o risco”; PISE (programa de intervenção de saúde escolar).

- Área da Saúde: “Maçã Vermelha”;

- Área do Ambiente: Projeto Amarelo é Limpinho; Projeto de Sensibilização Ambiental (SMAS); Projeto / Programa ECO-Escolas; Clube do Ambiente;

• **RECURSOS LOGÍSTICOS E PEDAGÓGICOS**: BE/CRE – Biblioteca Escolar e Centro de Recursos; Plano Tecnológico da Educação – PTE; Unidade de Apoio Especializado à Multideficiência e Surdo-Cegueira (ver Decreto-Lei nº 3/2008); Apoios Educativos; Educação Especial; Jornal Escolar online.

• **OUTROS RECURSOS**: Acção social escolar;

#### **F – Outras Ofertas e Recursos ao nível das duas escolas do 1º ciclo e Jardins de Infância:**

##### ○ **Componente de Apoio à Família, com a parceria da Câmara Municipal de Loures**

A Componente de Apoio à Família, vulgarmente designada por Serviço de Apoio à Família (SAF) é desenvolvida na Educação Pré-Escolar em parceria com a C. M. de Loures e contempla o serviço de Refeições e o Prolongamento / Alargamento de Horário. Mediante critérios específicos estabelecidos e candidatura formalizada, as crianças poderão almoçar no refeitório da escola no período correspondente e usufruir do prolongamento de horário após o término das atividades letivas.

As crianças no primeiro ciclo também poderão usufruir do serviço de refeições.

##### ○ **Componente de Apoio à Família, com a parceria da Associação de Pais das Associação de Pais das EB1/JI´s**

Esta vertente de apoio à família das crianças da Educação Pré-Escolar, foi criada de acordo com as necessidades das famílias e desenvolve-se com uma organização e funcionamento próprio, nos períodos da manhã (entre as 7.00-9-00 h) e nos períodos da tarde (entre as 18.30-19.30h). Poderão ainda existir respostas em outros tempos ou períodos, no entanto, estes deverão ser pensados e acordados previamente com a referida Associação de Pais.



○ **A.T.L. “Os Traquinas” da Associação de Pais das EB1/JI’s**

As crianças que frequentam o primeiro ciclo poderão frequentar o ATL “Os Traquinas” situado no estabelecimento de ensino, de acordo com as normas e regras de funcionamento estabelecidas pela Associação de Pais.

**2.2.3. Origem e caracterização da Escola EB 2,3 Gen. Humberto Delgado**

Criada como Preparatória de Santo António dos Cavaleiros, com o objetivo de dar resposta aos alunos saídos das Escolas Primárias construídas em meados dos anos 70, a Escola Básica 2,3 General Humberto Delgado, sita na Av. António Sérgio, foi erigida, a título provisório e sob a forma de pavilhões de pré-fabricação ligeira, em madeira, tendo funcionado como tal de Março de 1979 até 1983-1984.



No ano letivo de 1984-1985, concluídas que foram as instalações definitivas daquela que veio a ser a atual Escola E. B. 2, 3 Maria Veleda, os entretanto já algo deteriorados pavilhões de madeira esvaziaram-se para passar a albergar uma nova necessidade, a de uma Escola Secundária. Iniciada em 1986-1987, apenas com turmas do Ensino Básico, alargou a sua atividade aos Cursos Complementares, assumindo definitivamente, ao longo dos anos subsequentes, o seu papel de Escola Secundária, à medida que 10º, 11º e 12º ano de escolaridade foram sendo necessários.

Em 1993-1994, dado o carácter provisório e insuficiente das instalações, um novo edifício escolar (nas Torres da Bela Vista) passa a substituí-las, sendo assim criada aquela que foi a ESSAC (E. S. de Sto António dos Cavaleiros), actual Escola Secundária José Cardoso Pires, de carácter definitivo e traça atualizada. Nesse ano, a escola transferiu parte dos seus efetivos (os Cursos Secundários de Humanidades, por ainda não estarem disponíveis, nos edifícios novos, laboratórios equipados) para as atuais instalações, permanecendo o remanescente nos já velhos pavilhões de madeira. Concluída a mudança, os pavilhões são desativados; em 1994-1995, sofrem assaltos e atos de vandalismo. Segue-se, de 1995 a 1997, a sua reutilização como anexo/secção da ESSAC. Em 1995-1996 o Centro de Emprego de Loures aproveita algumas salas para ações de Formação Profissional.

Em 1997-1998, face à pressão demográfica, o Ministério da Educação reconhece a necessidade de ser criada uma segunda Escola Básica para o 2º e 3º Ciclos, em Santo António dos Cavaleiros. Os velhos pavilhões encetam uma nova existência. Depois de terem sido incubadora para duas escolas novas, reabrem para a sua terceira reencarnação — irá ser a Escola E. B. 2, 3 Santo António dos Cavaleiros e, sob esta designação, funcionará até Outubro de 1999, altura em que passa à denominação atual — Escola E. B. 2, 3 General Humberto Delgado, nome de uma figura nacional pouco conhecida pelos jovens e cuja escolha veio a resultar de uma proposta de trabalho da Gestão de então, sobre os antecedentes do 25 de Abril, veiculada no âmbito da Disciplina de História e junto de uma Turma de 9º ano de 1998-1999.

As novas instalações começaram a ser construídas em Dezembro de 2002 e passaram a ser utilizadas em Abril de 2004. Porém, a conclusão do pavilhão data de Outubro de 2005.

#### A - Evolução do Número de Alunos:

Anos de escolaridade	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	CEF
2007-2008	138	145	165	80	86	15
2008-2009	163	131	125	100	109	15
2009-2010	168	139	115	76	81	26
2010-2011	163	133	114	74	79	22
2011-2012	136	151	103	91	58	55

#### B - Alunos por Escalões do ASE:

Ano letivo	Escalão A	Escalão B
2007-2008	152	21
2008-2009	239	72
2009-2010	241	81
2010-2011	377	108
2011-2012	381	225

#### C - Pessoal docente – ano letivo 2011/2012:

	Quadro	Cont.
Professores	53	13
Formadores – Técnicas Especiais	-	2
Totais	53	15

**D - Pessoal não docente – ano letivo 2011/2012:**

	Quadro	Cont.
Assistentes administrativos	-	-
Assistentes Operacionais	4	12
Vigilante	1	
Contratos de Emprego e Inserção - CEIs	5	
Totais	10	12

**E - Recursos Logísticos e Pedagógicos:**

- **BE/CRE** – Biblioteca Escolar e Centro de Recursos Educativos; AUDITÓRIO; LABORATÓRIOS de Ciências Físico-Químicas e Ciências Naturais; Sala de AUDIOVISUAIS;
- **FRONTALIDADES;**
- **CLUBES e OFICINAS:** Lix\*Art; Tintas e Rabiscos; Música; Amigos da Biblioteca; Clube de Teatro *Dionisando*; **O.L.E.** (Oficina de leitura e escrita);
- **TUTORIAS, APA's (Apoios pedagógicos acrescidos);**
- **NÚCLEO DE APOIO EDUCATIVO – SPO e Educação Especial;**
- **Ação Social Escolar**

**2.2.3. Origem e caracterização da Escola Secundária/3 José Cardoso Pires**

Tal como já foi referido, a escola esteve instalada provisoriamente em pavilhões de madeira que foram colocados no local para servirem de abrigo à escola preparatória, a qual começou a funcionar nos finais dos anos 70. Esta escola, em início dos anos oitenta, passou a incluir turmas do 7º, 8º e 9ºanos.

No final do ano letivo de 1983/84, a Escola Preparatória de Santo António dos Cavaleiros mudou para as suas atuais e definitivas instalações.

Entretanto, foi criada a Escola Secundária de Santo António dos Cavaleiros, que começou a funcionar no ano letivo de 1984/85 e foi instalada nos pavilhões deixados vagos pela Escola Preparatória. Esta situação, considerada transitória, viria a permanecer até ao ano letivo de 1994/95, ano em que começou a ser transferida para novas e definitivas instalações.



Inicialmente, a escola funcionou apenas com os três anos do curso unificado do ensino secundário (7º, 8º e 9º anos). No ano de 1986/87, devido à iniciativa e pressão da Associação de Pais e Encarregados de Educação, começou a leccionar o 10º ano, tendo o curso complementar sido estendido à sua totalidade nos anos seguintes.

A população docente, nos cinco primeiros anos da vida da escola, era de cerca 80 professores. Havia 10 funcionários administrativos e 18 elementos do pessoal auxiliar. No mesmo período, o número de alunos oscilou entre os 900 e os 1200. Esta situação manteve-se até finais dos anos 80, mas, nos anos seguintes, deu-se um alargamento, quer do número de alunos quer do número de professores.

As instalações foram, durante todo este período considerado provisório, um dos principais problemas sentidos pela comunidade escolar. Exíguas e progressivamente degradadas, foram criando obstáculos cada vez maiores a uma vida escolar de qualidade, propícia a um trabalho eficaz. Só o esforço desenvolvido por todos permitiu que as dificuldades crescentes pudessem ser de certo modo aliviadas, embora, em certos aspetos, tenha sido deficiente a qualidade da educação propiciada à população discente. Refira-se, por exemplo, a ausência total de educação física, ou a sua fraca qualidade no único ano em que ela funcionou na escola como disciplina.

No ano letivo de 1993/94, a escola começou a funcionar, em parte, nas novas e definitivas instalações. O novo edifício, no que respeita aos blocos administrativo, de aulas e refeitório, foi concluído e totalmente ocupado no ano lectivo de 1995/96 e, só no ano letivo de 1999/2000, se iniciou a utilização do pavilhão gimnodesportivo.

A partir do ano letivo de 2000/2001 a escola adotou um patrono passando a designar-se de Escola Secundária c/ 3º Ciclo José Cardoso Pires, por Despacho superior.

A escola começou a funcionar oficialmente quando uma comissão instaladora foi nomeada por despacho ministerial de Julho de 1984. Esta comissão instaladora geriu a escola de 1984 a 1986. A partir de então, a escola tem sido sempre gerida por órgãos eleitos, à exceção do ano letivo 2010-2011, em que teve uma Comissão Administrativa Provisória, designada pela DRELVT, a fim de agregar a Escola Secundária/3 José Cardoso Pires com o Agrupamento de Escolas General Humberto Delgado.

Ao longo da sua existência, a escola tem procurado uma relação integrada com a comunidade, embora a circunstância de esta ser ela própria bastante recente e pouco

estruturada, façam com que este seja um dos campos para onde se devem orientar os seus objetivos e ação num futuro próximo.

#### A - Evolução do Número de Alunos:

Anos de escolaridade	7º	8º	9º	10º	11º	12º	CEF	TEC	PROF
2007-2008	52	65	90	165	109	135	79	-	-
2008-2009	44	46	57	113	122	86	63	55	24
2009-2010	45	49	47	88	96	121	57	74	32
2010-2011	69	42	35	73	56	90	74	76	25
2011-2012	49	41	41	46	57	77	84	58	62

#### B - Alunos por Escalões do ASE:

Ano letivo	Escalão A	Escalão B
2007-2008	128	29
2008-2009	181	90
2009-2010	216	307
2010-2011	194	116
2011-2012	147	114

#### C - Pessoal docente – ano letivo 2011/2012:

	Quadro	Cont.
Professores	65	7
Formadores – Técnicas Especiais	2	4
Totais	67	11

#### D - Pessoal não docente – ano letivo 2011/2012:

	Quadro	Cont.
Assistentes administrativos	6	7
Assistentes Operacionais	15	5
Técnico Superior - Psicólogo	1	0
Vigilante	1	0
Totais	23	12

## E - Recursos logísticos e pedagógicos

- **BE/CRE** – Biblioteca Escolar e Centro de Recursos; **LABORATÓRIOS:** Física, Química, Biologia, Geologia e Matemática; **SALA DE AUDIOVISUAIS;** **SALA DE ESTUDO;**
- **GABINETE DE GESTÃO DE CONFLITOS;**
- **CLUBES e OFICINAS:** Línguas, Ambiente, História, Ciências e Tecnologia, Desporto Escolar e Bambolinas; Oficina de escrita;
- **TUTORIAS; Serviços Especializados (SPO); Núcleo de Apoio Educativo;**

### 2.2.4.1. Projetos e estruturas de carácter educativo do Agrupamento

- Na área de Educação:

- **PAM** – Plano de Ação para a Matemática;
- **Plano TIC - CRIE** – Computadores, redes e internet na Escola;
- **Projeto Integra** – programa de integração destinado a alunos oriundos do estrangeiro;
- **Eu Amo SAC**, projeto em que o Agrupamento é parceiro com uma entidade da Freguesia;
- **Plano Tecnológico de Educação (PTE)** - Regulamentado pelo Despacho nº 26691/2005, este plano visa essencialmente: dotar a escola de estruturas tecnológicas consistentes e atualizadas que permitam responder de um modo que se possa considerar adequado aos desafios da sociedade contemporânea e às necessidades da comunidade educativa; generalizar, entre o corpo docente, a prática da utilização das TIC como uma mais valia do processo de ensino, aprendizagem e avaliação; encontrar novas estratégias de motivação para os alunos fazendo com que aprendam de outro modo, e que isso permita que aprendam mais e melhor.

- Na área da Saúde:

- **PISE** – Programa de Intervenção de Saúde Escolar; Enquadrado no Programa Nacional de Saúde Escolar, a escola propõe-se desenvolver, com início no ano lectivo de 2006/07, um projeto de prevenção e promoção de hábitos de vida saudáveis, nomeadamente na área da saúde, alimentação e atividade física.

Tem como principais objetivos: Melhorar conhecimentos e comportamentos sobre saúde num carácter alargado; “Aquisição de atitudes e comportamentos alimentares adequados e reduzir a prevalência da obesidade infantil e juvenil”; Sensibilizar e promover a prática da atividade física, com carácter sistemático e permanente, como um estilo de vida saudável.

- **Projeto Sempre a Bombear;**

- **Apagar o risco;**

- Na área do Ambiente:

- **Eco Escolas** - Escola Eletrão;
- **Clube do Ambiente.**

#### **2.2.4.2. Espaços e equipamentos das escolas EB2,3 e Secundária**

A Escola Secundária/3 José Cardoso Pires insere-se no espaço urbano do Bairro das Torres da Bela Vista, na Rua Vergílio Ferreira, à qual se pode aceder facilmente, tanto de automóvel como de transporte público.

O acesso principal situa-se entre o estacionamento e o primeiro Bloco paralelepípedo do conjunto dos três principais blocos (pavilhões), que constituem o espaço/escola e que estão ligados por corredores cobertos.

Cada Bloco tem uma funcionalidade própria como se pode observar nas plantas que se encontram em anexo.

No espaço exterior, para além do campo de jogos, existe um bloco só com um piso com instalações sanitárias e balneários de apoio à prática desportiva, assim como um pavilhão polivalente que serve também a comunidade, existem ainda zonas ajardinadas e percursos pedonais bem marcados.

Escola Básica com 2º e 3º Ciclos General Humberto Delgado insere-se no espaço urbano da Cidade Nova, na Av. António Sérgio, à qual se pode aceder facilmente, tanto de automóvel como de transporte público.

A tipologia da escola básica é em tudo idêntica à da escola secundária. Difere no bloco 2 em que a ala esquerda fica simétrica à do bloco 1 não tendo, portanto, o prolongamento que na escola secundária corresponde aos laboratórios de Física e de Química. Varia a disposição das salas, mantendo-se, no entanto, o princípio de salas de aula no primeiro piso, sendo as salas de rés de chão dedicadas aos laboratórios, oficinas, salas de ET e de EVT. Dispõe, também, a EB2,3 de um anfiteatro com capacidade para cerca de 100 pessoas sentadas. O pavilhão gimnodesportivo é em tudo idêntico ao da escola secundária, cujo esquema se reproduz em anexo.



A exemplo da escola secundária, possui um vasto espaço exterior com potencialidades para a permanência e o desenvolvimento de atividades lúdicas por parte dos alunos.

Ao nível dos equipamentos, ambas as escolas estão relativamente bem apetrechadas, tendo em conta a oferta formativa e os cursos lecionados, quer os Científico - Humanísticos, quer os Profissionais, quer, ainda, os de Educação e Formação, além dos cursos gerais do ensino básico e secundário, na escola secundária, ou o ensino regular dos 2º e 3º ciclos e Cursos de Educação e Formação, na Escola General Humberto Delgado. Na escola secundária os laboratórios existentes - Química,



Física, Biologia, Geologia, Fotografia -, as salas específicas de Informática e das Artes, têm as condições para um bom funcionamento das atividades letivas e de complemento curricular. Também o Centro de Recursos contém muito e diversificado material de apoio à formação dos alunos. A escola básica dispõe, igualmente, de laboratórios de Ciências Físico-Químicas e de Ciências Naturais, além das salas de ET, EVT, de informática, do Anfiteatro e do Centro de Recursos, bem equipados.

A adesão das escolas aos projetos CRIE e MOODLE proporcionou a criação de novos espaços, equipados com equipamento informático e multimédia. Na sequência desta candidatura foram instalados videoprojectores em diversas salas. Neste momento todas as salas das duas escolas dispõem de computador, videoprojetor e, em diversas salas das duas escolas existem, igualmente, quadros interativos.

#### 2.2.4.3. Recursos ao dispor das Escolas do Agrupamento

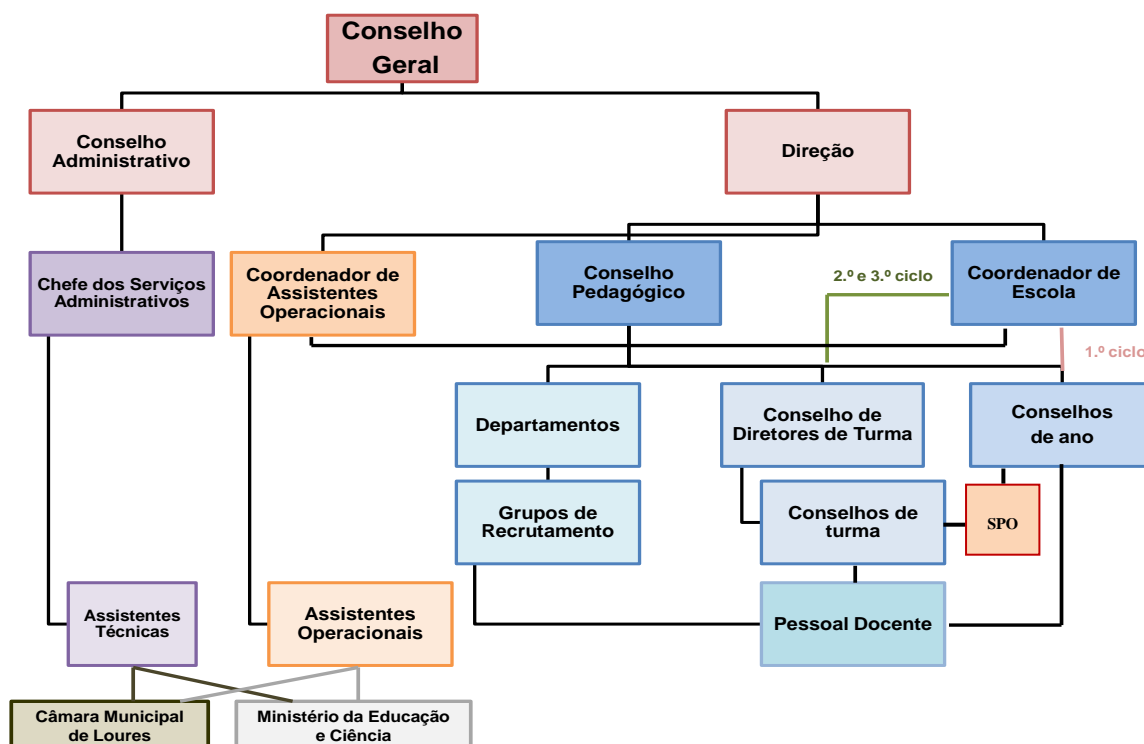
Recursos	
	Modular Object-Oriented Dynamic Learnig Environment <a href="http://moodle.esjcp.pt">http://moodle.esjcp.pt</a> O Moodle é um software para produzir e gerir atividades educacionais baseadas na Internet e/ou em redes locais
GARE	Gestor de Atividades TIC na Educação <a href="http://esjcp.ccems.pt/course/view.php?id=2">http://esjcp.ccems.pt/course/view.php?id=2</a> Aplicação para planificação e avaliação de atividades, gestão de recurso, publicação de documentos
	Páginas das Escolas: <a href="http://eb1jicov.blogspot.pt/">http://eb1jicov.blogspot.pt/</a> <a href="http://eb1jisac.blogspot.pt/">http://eb1jisac.blogspot.pt/</a> <a href="http://www.eb23-ghdelgado.edu.pt/">http://www.eb23-ghdelgado.edu.pt/</a> <a href="http://www.esjcp.pt">http://www.esjcp.pt</a>



	<p><a href="http://bibesjcp.no.sapo.pt/">http://bibesjcp.no.sapo.pt/</a></p>
	<p>Como foi referido anteriormente, na escola secundária está sediado o Centro de Formação de Associação de Escolas – Cenfores, cujo acervo bibliográfico e respetivo equipamento estão à disposição da comunidade educativa</p> <p><a href="http://www.cenfores.org/">http://www.cenfores.org/</a></p>

### 2.3. Estrutura organizacional e funcional

#### Organigrama



O organigrama reflete a complexidade das relações entre estruturas, das interdependências criadas, da própria dimensão e amplitude do mesmo. São bastante visíveis quatro grupos dentro

da macroestrutura. Os órgãos de gestão no triângulo de topo da estrutura, o corpo do pessoal docente, que constitui o núcleo da representação, as assistentes técnicas em ligação estreita com os serviços camarários, sobretudo a Divisão de Educação, e, ainda, o corpo das assistentes operacionais.

Um dos objetivos primordiais que deve presidir aos órgãos de gestão do agrupamento é observar o primado dos critérios de natureza pedagógica sobre os critérios de natureza administrativa nos limites de uma gestão eficiente dos recursos disponíveis para o desenvolvimento da missão da organização educativa. Para esse efeito devemos considerar alguns aspetos, nomeadamente:

- colocar, como prioridade, os recursos disponíveis, humanos e materiais, ao serviço da ação e da componente pedagógica das escolas do agrupamento, sem prejuízo de uma gestão eficiente e eficaz dos meios disponibilizados;

- devemos, também, priorizar o estudo, a análise e a reflexão da ação pedagógica e dos resultados escolares por parte dos grupos de trabalho a constituir pelo Conselho Pedagógico, nomeadamente o grupo da Avaliação Interna do Agrupamento;

- e, ainda, promover o envolvimento das estruturas intermédias de gestão, Departamentos Curriculares, Conselhos de Ano e Conselhos de Diretores de Turma, nomeadamente, na problematização, discussão e na proposta de soluções conducentes à resolução das questões de índole pedagógica do Agrupamento.

Um outro objetivo a considerar no âmbito do bom funcionamento da organização é assegurar a estabilidade e a transparência da gestão e administração escolar, designadamente através dos adequados meios de comunicação e informação e de supervisão.

Para que tal suceda é necessário:

- criar os mecanismos adequados para a adoção de uma avaliação interna ajustada que passe pela conjugação de dois aspetos: a criação de um grupo de estudo e reflexão com a participação de elementos do Conselho Geral, do Conselho Pedagógico e de outros elementos a indicar e a disponibilização dos meios indispensáveis para atingir os fins dessa mesma avaliação interna;

- adotar os meios informativos práticos e eficazes na comunicação com os elementos da comunidade educativa, sobretudo com os professores, e que passa pela utilização dos modernos meios de transmissão de informação, como a utilização do correio eletrónico e, em situações de emergência, das SMS;

- publicitar os documentos que dêem conta das receitas e despesas do agrupamento, a fim de se tornar transparente o processo da administração escolar e ser do conhecimento público a origem e o destino dos proventos à disposição da escola.

## **2.4. Oferta formativa curricular do Agrupamento**

O Agrupamento é constituído por quatro estabelecimentos de ensino oficial: dois de Educação Pré-Escolar e 1º ciclo do Ensino Básico; um de 2º e 3º ciclos e um de 3º ciclo e Ensino Secundário.

As escolas básicas do 1º ciclo têm cerca de 500 alunos, distribuídos por 22 turmas; os Jardins de infância têm cerca de 150 alunos, distribuídos por 6 grupos/turmas.

Na escola básica de 2º e 3º ciclos há cerca de 600 alunos, distribuídos por cerca de 28 turmas do ensino regular e de cursos de educação e formação de tipo 1 e tipo 2.

A escola secundária com 3º ciclo tem cerca de 500 alunos, distribuídos por cerca de 26 turmas entre as quais, turmas do ensino básico regular e turmas de cursos de educação e formação de tipo 2 e tipo 3; no ensino secundário, turmas de cursos científico-humanísticos, tecnológico e profissionais.

Os cursos de educação e formação e os cursos profissionais conferem uma qualificação profissional para ingresso no mundo do trabalho, sendo a sua oferta definida em função da procura dos alunos, da distribuição da rede escolar, das condições de empregabilidade futura e dos recursos humanos e materiais existentes no agrupamento.

A identificação do Agrupamento neste âmbito, tem em consideração algumas áreas de opção de oferta formativa que têm vindo a ser seguidas e que se vão consolidando. Duas dessas áreas, a desportiva e a da restauração, devido aos resultados que apresentam e à qualidade da formação, constituem já uma referência local. Quanto à restauração o Agrupamento oferece formação ao nível do 3º ciclo, com dois cursos CEF, e ao nível do Ensino Secundário através de um Curso Profissional.

A aposta, neste momento, do Agrupamento ao nível secundário é para a área da saúde, com a oferta de um Curso Profissional, que se iniciou este ano e que pretendemos consolidar. Colocam-se, igualmente, como áreas a preencher ao nível da oferta da via profissionalizante para o ensino secundário, as áreas das artes performativas e do design, já que a este nível o Agrupamento dispõe de recursos humanos e materiais de elevada qualidade.

### **2.4.1. Educação Pré-escolar**

De acordo com a Lei Quadro da Educação Pré-escolar (**Lei nº 5/97, de 10/02**), “ *A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário*”.

O desenvolvimento curricular deve ter em conta:

- . os objetivos gerais enunciados na Lei Quadro, que orientam a prática educativa;
- . a organização do ambiente educativo, como suporte do trabalho curricular e da sua intencionalidade;
- . a continuidade educativa, processo que parte de aprendizagens adquiridas e cria condições para o sucesso de aprendizagens seguintes;
- . a intencionalidade educativa, que se traduz na adequação das práticas às necessidades das crianças;
- . as áreas de conteúdo, referências gerais a considerar no planeamento, avaliação e oportunidades de aprendizagem.

<b>ÁREAS DE CONTEÚDO</b>	
Área de formação pessoal e social	
Área de expressão/comunicação	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Domínio das expressões: <i>motora, dramática, plástica e musical</i></li> <li>. Domínio da linguagem e abordagem da escrita</li> <li>. Domínio da matemática</li> </ul>
Área de conhecimento do mundo	

### 2.4.2. Ensino Básico

De acordo com os objetivos consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo, o ensino básico engloba três ciclos de ensino e é entendido como o início de um processo de educação e formação ao longo da vida.

<b>Organização do espaço e do tempo escolar</b> (Dec.- Lei nº 6/2001, 18/01)
--

<b>1º Ciclo</b>			
<b>COMPONENTES DO CURRÍCULO</b>			
Educação	Áreas curriculares disciplinares de frequência obrigatória Língua Portuguesa Matemática Estudo do Meio Expressões: Artísticas	Total: 25 horas	

para a cidadania	Físico-motoras		Total: 26 horas
	Formação Pessoal e Social	Áreas curriculares não disciplinares (a): Área de projeto Estudo Acompanhado Formação Cívica	
		Área curricular disciplinar de frequência facultativa: Educação Moral e Religiosa	Total: 1 hora
Atividades de enriquecimento (b)			

1. Estas áreas devem ser desenvolvidas em articulação entre si e com as áreas disciplinares, incluindo uma componente de trabalho dos alunos com as TIC, constando explicitamente do Projeto curricular de turma.
2. Atividades de caráter facultativo

O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará obrigatoriamente atividades experimentais e atividades de pesquisa adequadas à natureza das diferentes áreas, nomeadamente no ensino das ciências.

<b>2º Ciclo do Ensino Regular</b>				
COMPONENTES DO CURRÍCULO		Carga horária semanal (x 45 min.)		
		5º ano	6º ano	Total de ciclo
Educação para a cidadania	Áreas disciplinares			
	Línguas e Estudos Sociais:			
	. Língua Portuguesa	6	6	24
	. Inglês	3	3	
	. História e Geografia de Portugal	3	3	
	Matemática e Ciências:			
	. Matemática	6	6	18
	. Ciências da Natureza	3	3	
	Educação Visual	2	2	4
	Educação Musical	2	2	4
	Educação Tecnológica	2	2	4
	Educação Física	3	3	6
Educação Moral e Religiosa a)	1	1	2	
Total	30 (31)	30 (31)		
Oferta complementar	b)	b)		
Apoio ao Estudo c)	5	5	10	
Total	30(36)	30(36)		

- a) Frequência de caráter voluntário.
- b) Frequência obrigatória.
- c) Oferta obrigatória para as escolas e frequência facultativa para os alunos, segundo indicação do Conselho de Turma e dos EE

<b>3º Ciclo do Ensino Regular</b>					
COMPONENTES DO CURRÍCULO		Carga horária semanal (x 45 min.)			
		7º ano	8º ano	9º ano	Total de ciclo
	Língua Portuguesa	5	5	5	15
	Língua Estrangeira				

Educação para a cidadania	. Inglês	3	2	3	16
	. LE 2	3	3	2	
	Ciências Humanas e Sociais				16
	. História	3	2	3	
	. Geografia	2	3	3	
	Matemática	5	5	5	15
	Ciências Físicas e Naturais				18
	. Ciências Naturais	3	3	3	
	. Físico-Química	3	3	3	
	Educação Visual	2	2	2	6
	TIC / Oferta da escola	2	2	- c)	4
Educação Física	3	3	3	9	
Educação Moral e Religiosa a)	1	1	1	3	
TOTAL	34 (35)	33 (34)	32 (33)		
Oferta Complementar	b)				

a) Disciplina facultativa

b) Frequência obrigatória.

c) No ano letivo 2012/2013, como medida transitória dois tempos de TIC anual.

### 2.4.3. Cursos de Educação e Formação - CEF

Os cursos de educação e formação constituem-se como uma modalidade de formação alternativa ao ensino regular, como forma de prevenir o abandono escolar e de possibilitar uma qualificação que permita a transição para a vida ativa. Permitem uma qualificação de nível 1 ou 2, com a possibilidade de certificação para prosseguimento no nível secundário.

<b>Matriz dos Cursos de Educação e Formação</b>			
(Despacho Conjunto nº 453/04)			
Componentes de Formação	Total de horas (Ciclo de Formação)		
	Tipo 1(a)	Tipo 2(b)	Tipo 3(a)
<b>Componente de Formação Sociocultural</b>			
- Língua Portuguesa	90	192	45
- Língua Estrangeira	45	192	45
- Cidadania e Mundo Atual	90	192	21
- Tecnologias de Informação e Comunicação	45	96	21
- Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho	30	30	30
- Educação Física	45	96	30
<b>Subtotal</b>	<b>345</b>	<b>798</b>	<b>192</b>
<b>Componente de Formação Científica</b>			
- Matemática Aplicada	90	210	45
- Disciplina/Domínio Específico	c)	123	21
<b>Subtotal</b>	<b>90</b>	<b>333</b>	<b>66</b>
<b>Componente de Formação Tecnológica</b>			
- Unidades do Itinerário de qualificação	480	768	732
<b>Subtotal</b>	<b>480</b>	<b>768</b>	<b>732</b>

<b>Componente de Formação Prática</b>			
- Formação em contexto de trabalho	210	210	210
<b>Subtotal</b>		<b>210</b>	<b>210</b>
<b>Total de horas/curso</b>	<b>1125</b>	<b>2109</b>	<b>1200</b>

- a) Ciclo de formação de 1 ano
- b) Ciclo de formação de 2 anos
- c) Carga horária a distribuir entre as duas disciplinas

#### 2.4.4. Ensino Secundário – Cursos Científico-Humanísticos

Na escola secundária são ministrados cursos científico-humanísticos, vocacionados para o prosseguimento de estudos de nível superior, um curso tecnológico, em vias de extinção, e cursos profissionais, vocacionados para a qualificação inicial dos alunos, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho, mas permitindo o prosseguimento de estudos de nível superior.

#### Organização do espaço e do tempo escolar. (Dec.-Lei nº 74/2004)

#### Matriz dos cursos científico-humanísticos

Formação	Disciplinas	Carga horária semanal (x 45 min.)		
		10º ano	11º ano	12º ano
<b>Geral</b>	Português	4	4	5
	Língua Estrangeira I, II ou III a)	4	4	--
	Filosofia	4	4	--
	Educação Física	4	4	4
<b>Específica</b>	Trienal	6	6	6
	Opções b)			
	. Bienal 1	6 a 7	6 a 7	--
	. Bienal 2	6 a 7	6 a 7	--
	Opções c)			
. Anual 1	--	--	4	
. Anual 2				
	Educação Moral e Religiosa d)	2 d)	2 d)	2 d)
	<b>Total de horas</b>	<b>34 a 36</b> <b>(36 a 38)</b>	<b>34 a 36</b> <b>(36 a 38)</b>	<b>23</b> <b>(25)</b>

- a) O aluno Inicia uma LE, caso tenha estudado uma única no ensino básico.
- b) Escolha de duas disciplinas bienais, de acordo com a natureza do curso e a oferta da escola
- c) Uma das opções é obrigatoriamente da natureza do curso
- d) Disciplina de frequência facultativa

### 2.4.5. Ensino Secundário – Cursos Profissionais

<b>Matriz dos cursos profissionais</b>	
<b>Componentes de Formação</b>	<b>Total de horas (a) (Ciclo de Formação)</b>
<b>Componentes de Formação Sociocultural</b> - Português - Língua Estrangeira I, II ou III - Área de Integração - Tecnologias de Informação e Comunicação - Educação Física	320 220 220 100 140
<b>Subtotal</b>	<b>1000</b>
<b>Componente de Formação Científica</b> - 2 a 3 disciplinas	500
<b>Subtotal</b>	500
<b>Componente de Formação Técnica</b> - 3 a 4 disciplinas	1180
<b>Componente de Formação Prática</b> - Formação em contexto de Trabalho	420
<b>Subtotal</b>	1600
<b>Total de horas/curso</b>	<b>3100</b>

a) As cargas horárias indicadas, em cada disciplina, referem-se à totalidade para o ciclo de formação

### 2.5. Organização das Aulas/Blocos

As aulas dos 2º, 3º ciclos e Secundário das diversas disciplinas distribuem-se por blocos de 90 minutos. No ensino básico algumas disciplinas utilizam tempos de 45 minutos, pelo que alguns blocos poderão ser ocupados por duas aulas consecutivas de disciplinas diferentes.

Por regra, no horário de cada turma, não se ultrapassará o equivalente a 4 blocos no mesmo dia atendendo-se ainda à natureza dominante dos tipos de atividades em que os alunos estarão envolvidos várias horas seguidas.

Manhã	Tarde
8:15 – 9:00	13:30 – 14:15
9:00 – 9:45	14:15 – 15:00
10:00 – 10:45	15:45 – 16:00
10:45 – 11:30	16:00 – 16:45
11:45 – 12:30	17:00 – 17:45
12:30 – 13:15	17:45 – 18:30



Nota: Com exceção das tardes de quarta-feira em que não haverá atividades letivas, espaço reservado para reuniões e outras atividades.

## 2.6. As parcerias

Um dos três grandes objetivos que o Ministério da Educação e Ciência pretende com a nova lei da autonomia e gestão é, justamente, reforçar a participação das famílias e da comunidade na direção estratégica dos estabelecimentos de ensino. Segundo é dito no preâmbulo da própria lei “*é indispensável promover a abertura das escolas ao exterior e a sua integração nas comunidades locais*”. O objetivo é concretizado através da instituição de um órgão de direção estratégica – o Conselho Geral – em que têm representação os vários elementos da comunidade educativa, a autarquia e a comunidade local, nomeadamente representantes de instituições, organizações e atividades económicas, sociais e culturais, no nosso caso.

A escola não é mais um espaço fechado à comunidade envolvente, nem o pode ser em relação às transformações que se operam na sociedade, nem em relação às outras instituições e muito menos aos ventos de mudança. Vejamos alguns exemplos da pertinência dessa abertura. Em primeiro lugar temos o complemento de formação dos alunos, o agrupamento precisa de se abrir ao exterior, precisa de encontrar formação em contexto de trabalho nas instituições, nas empresas, nas coletividades, para conseguir a certificação dos alunos das suas vias profissionalizantes. Igualmente importante é a **credibilização do agrupamento** que se consegue pela via dos resultados, mas também pela imagem que consiga transmitir, **pela abertura ao exterior**, daí a importância da realização de programas/atividades que impliquem a abertura das escolas do agrupamento à comunidade envolvente e que provoquem a sua participação. Finalmente, temos a questão da prestação de contas à comunidade. A escola tem essa obrigação para com a comunidade que serve, para que possa ganhar a confiança e a respeitabilidade da mesma.

O agrupamento necessita dessa abertura, logo tem de ser o mesmo a procurar entendimentos, a formular parcerias, a propor contratos de colaboração. **O agrupamento precisa em primeiro lugar de comunicar, apresentar-se**, estabelecer pactos e protocolos, criar expectativas e condições de colaboração, bem como proporcionar situações onde possam existir sinergias de colaboração do tipo

agrupamento – coletividade, agrupamento – associação de moradores, agrupamento – autarquia (local ou concelhia) ou agrupamento – centro de saúde e Hospital.

Em termos das relações institucionais além das que mantém com a tutela, o Agrupamento tem relações privilegiadas com a autarquia dados os pontos em comum que existem entre o Agrupamento e a Câmara Municipal de Loures seja ao nível da colocação e gestão do pessoal não docente, ou da organização e funcionamento da componente de apoio à família (refeições no Ensino Pré-Escolar e 1º Ciclo e Prolongamento de Horário na Pré-Escolar), seja ao nível das responsabilidades protocoladas pela gestão dos espaços e materiais das EB1/JI de SAC e do Conventinho e, ainda, da própria EB23 GHD. Existe ainda o protocolo com a CML acerca da gestão dos Pavilhões Gimnodesportivos, mas há outros campos de entendimento a explorar, como estágios, colaborações pontuais, aproveitamento das redes sociais e educativas existentes na autarquia e outros. Também com a Junta de Freguesia de SAC o Agrupamento mantém uma relação estreita de colaboração, seja por força das responsabilidades próprias que a Junta de Freguesia tem na manutenção das EB1/JI, seja porque a Junta vai muito além dessas obrigações e mostra grande disponibilidade para colaborar com o Agrupamento noutras áreas completamente distintas. Existe ainda a abertura para a colaboração com as Associações de Pais já formadas ou que venham a ser constituídas. Há, portanto, várias maneiras de as instituições existentes na comunidade poderem colaborar com o agrupamento em benefício das partes e nós queremos valorizar e ampliar essa colaboração.

Além destas parcerias, o Agrupamento mantém igualmente relações privilegiadas com outras entidades como o Centro Social e cultural de SAC, a Associação de Moradores de SAC, a Associação de Beneficiário de Ajuda, a CPCJ, a Valor Sul, o Centro de Saúde SAC, diversas Empresas e Hotéis.

## **2.7. Quadro de referência: potencialidades e constrangimentos**

Com vista à ***melhoria da qualidade do serviço prestado na Comunidade***, é necessária uma avaliação do processo e dos resultados, adotando-se, para tal, um modelo de monitorização designado por *Modelo SWOT*, já amplamente utilizado em estruturas organizacionais diversas. A sigla que identifica o modelo corresponde às iniciais dos quatro *itens* presentes na matriz que o define: S(strengths), W(weaknesses),

O(opportunities) e T(threats). Os dois primeiros têm um carácter interno e constituem um dos eixos da avaliação da organização e os dois últimos, que integram o outro eixo, são externos a essa mesma organização. O modelo facilita a análise e a tomada de decisões e, posteriormente, a avaliação do grau de consecução das ações efetuadas para atingir os objetivos definidos.

A organização – neste caso, o Agrupamento de Escolas - tem que possuir os recursos humanos, materiais e financeiros necessários para executar as ações que sejam decididas, tem que agir com celeridade e eficácia face aos seus pontos fracos e às dificuldades externas (ameaças) e os órgãos de gestão devem avaliar estas últimas como oportunidades escondidas que podem até, eventualmente, provocar o aparecimento de pontos fortes.

O presente documento foi projetado para um **processo de médio prazo**, devendo ser avaliado em Julho de 2015 e empreendidas as ações programadas com vista à consecução dos objetivos estabelecidos para cada uma das dimensões consideradas na grelha SWOT. Anualmente é efetuado um ponto de situação relativamente à evolução de cada um dos domínios considerados, podendo efetuar-se ajustes. As dimensões selecionadas são as que neste momento do desenvolvimento da estrutura organizativa e da obtenção de resultados nos parecem mais adequadas.

Dimensão 1	
Sucesso da Aprendizagem	
Diagnóstico	
<ul style="list-style-type: none"> <li>. Insucesso considerável nos vários níveis de ensino, com incidência particular nos anos de início de ciclo</li> <li>. Discrepância negativa entre os resultados da classificação interna (sumativa) e a classificação externa (exames)</li> <li>. Resultados da avaliação interna superiores à média nacional dos exames</li> <li>. Fraco aproveitamento do aluno estrangeiro</li> <li>. Situações de problemas emocionais e de comportamento e/ou indisciplina, pouca ou dificuldade na interiorização das regras de convivência e respeito mútuo</li> <li>. Irregularidade de frequência e absentismo de alguns alunos e fraca pontualidade</li> <li>. Falta de empenho, trabalho e dedicação ao estudo</li> <li>. Número elevado de alunos sinalizados com necessidades educativas especiais</li> </ul>	
Oportunidades	Ameaças
1. Existência de situações de avaliação análogas aos exames nacionais - testes intermédios do GAVE.	1. Pouco envolvimento das famílias / encarregados de educação no percurso educativo e escolar dos seus educandos: - Fraca participação dos encarregados de

<p>2. Existência na comunidade de redes de apoio técnico e humano:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano Tecnológico da Educação (PTE)</li> <li>- Rede Social - CSFSAC</li> <li>- Associações de Beneficência e Ajuda</li> <li>- CECSSAC</li> <li>-</li> </ul> <p>3. Escola de referência por se inserir num contexto multicultural e se constituir uma escola integradora do ponto de vista sócio, económico, cultural e porque privilegia a disciplina, as relações humanas, o trabalho e o saber.</p>	<p>educação na vida (reuniões, iniciativas, atividades, órgãos) da Escola</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixas expectativas das famílias relativamente à escola, ou delegam ou exigem da escola outro tipo de competências</li> <li>- Pouco controlo ou dificuldade na gestão e regulação, por parte das famílias, em relação à assiduidade, ao comportamento e ao aproveitamento dos seus educandos.</li> </ul> <p>2. Contextos familiares diversos, alguns deles apresentando condições desfavoráveis e de precariedade.</p> <p>3. Alunos com fraca motivação para aprender e com baixas expectativas em relação à escola, aliados a falta de métodos de estudo e de trabalho.</p> <p>4. Valores sociais e morais em acelerada transformação.</p> <p>5. Colocação ou inserção de alunos estrangeiros em qualquer altura do ano letivo e inexistência de tradutor que acompanhe o aluno no seu processo escolar.</p> <p>6. A escola recebe todos os alunos com necessidades educativas diversas e específicas sem que, apesar dos esforços, possa oferecer as melhores condições de resposta, nomeadamente, ao nível dos recursos humanos auxiliares.</p> <p>7. Conforme legislação, existência de turmas com nº considerável de alunos e com necessidades e comportamentos diversos</p>
---	--

**Condições do Agrupamento para responder às Oportunidades e Ameaças**

<p><b>Pontos fortes</b></p>	<p>1. Conhecimento do perfil da comunidade educativa</p> <p>2. Escola com profissionais capacitados do ponto de vista científico, tecnológico e pedagógico</p> <p>3. Ofertas e recursos educativos e</p>	<p>1. Bom relacionamento entre os elementos da comunidade educativa</p> <p>2. Maior aproximação entre a escola e as associações e instituições existentes na comunidade educativa (Conselho Geral)</p> <p>3. Disponibilização de meios e estratégias</p>
-----------------------------	--	--

	<p>pedagógicos procurando responder às necessidades e dificuldades sentidas: organização na implementação de regras, apoios pedagógicos acrescidos, apoios educativos e de educação especial, clubes, oficinas, salas de estudo e projectos informáticos (com funcionamento pleno do Plano Tecnológico da Educação), projetos de saúde, educação e de ambiente, alguns deles realizados em articulação interciclos ou entre escolas de agrupamento e/ou entre entidades exteriores de âmbito local, nacional ou internacional.</p> <p>4. Existência de abertura para a constituição de Parcerias e Redes de Apoio Interno e Externo</p> <p>5. Inclusão das avaliações intermédias do GAVE na avaliação interna de várias disciplinas.</p> <p>6. Respeito pela especificidade de cada nível de ensino,</p>	<p>facilitadoras da aprendizagem :</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Funcionamento de apoios pedagógicos e de tutorias;</li> <li>- Programa da BECRE no apoio aos alunos;</li> <li>- Recursos logísticos, humanos e materiais de Educação Especial;</li> <li>- Criação e funcionamento do projeto Integra.</li> </ul> <p>4. A diversidade intercultural dos alunos</p>
<b>Pontos fracos</b>	<p>1. Discrepância entre os critérios considerados na avaliação interna e os considerados na avaliação externa</p> <p>2. Dificuldade das estruturas intermédias em planear o processo de ensino e aprendizagem para turmas heterogéneas</p>	<p>1. Dificuldade na gestão e regulação dos comportamentos problemáticos dos alunos.</p> <p>2. A necessidade de medidas disciplinares eficazes.</p> <p>3. A língua portuguesa não é a língua materna para muitos dos alunos e a escola não dispõe de tradutor disponível e acessível, para diversas situações.</p>

<b>Dimensão 2</b>
<b>Via Profissionalizante: outras dinâmicas</b>
<b>Diagnóstico</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>. Problemas disciplinares e comportamentais</li> <li>. Alunos com percursos escolares diferenciados</li> <li>. Alunos com baixa auto-estima</li> <li>. Alunos que pretendem uma aproximação mais rápida ao mundo do trabalho</li> <li>. Baixos níveis de competências académicas</li> <li>. Fraco domínio da língua portuguesa</li> <li>. Baixos níveis de literacia</li> </ul>

. Problemas de desenvolvimento cognitivo . Problemas de integração social	
Oportunidades	Ameaças
1. Resposta alternativa aos cursos da via regular  2. Cursos fomentadores da autonomia a nível: . curricular . gestão de recursos humanos . gestão de recursos materiais  3. Formação potenciadora da afirmação do agrupamento no contexto da comunidade  4. Resposta às necessidades de empregabilidade dos alunos em setores económicos com oferta de emprego	1. Fraca aceitação pela sociedade  2. Reduzido apoio do MEC  3. Programas desadequados às necessidades e expectativas dos alunos  4. Percursos escolares diferenciados para cursos com currículos complexos

### Condições do Agrupamento para responder às Oportunidades e Ameaças

<b>Pontos fortes</b>	1. Articulação entre a escola e o mundo do trabalho  2. Estratégias de combate ao abandono escolar  3. Valorização da componente técnica da formação e predomínio da dimensão prática da aprendizagem	1. Ligação à comunidade local no âmbito empresarial e na vertente institucional  2. Trabalho colaborativo entre docentes/formadores/direção
<b>Pontos fracos</b>	1. Ensino em processo de afirmação  2. Desajuste idade / nível frequentado  3. Dificuldade dos professores em gerir turmas constituídas por alunos com pré-requisitos diferenciados e comportamentos desajustados	1. Baixas expectativas da comunidade educativa face a esta formação  2. Ensino conotado com o insucesso  3. Fraca predisposição/preparação para a docência na Via Profissionalizante

Dimensão 3
<b>Gestão, intervenção e comunicação</b>
Diagnóstico

- . Imagem/Identidade do agrupamento pouco consolidada
- . Deficiente utilização dos canais de informação
- . Práticas diferenciadas ao nível da gestão inter-escolas
- . Fraca interação inter-ciclos, ao nível da gestão curricular
- . Proliferação de circuitos informativos e de informações geram “ruído” na circulação da comunicação
- . Dificuldades no domínio burocrático-administrativo ao nível da megaestrutura
- . Desmotivação e desmobilização de alguns professores, assistentes técnicos e assistentes operacionais
- . Escassa oferta de formação contínua gratuita para docentes
- . Falta de formação especializada nas categorias de assistentes técnicos e operacionais

Oportunidades	Ameaças
<p>1. A existência de uma rede local, institucional e civil, de apoio</p> <p>2. A colaboração do centro de formação, Cenfores</p> <p>3. Funcionamento em pleno dos circuitos de circulação da informação com efeitos positivos na comunidade educativa</p> <p>4. Todos os atores educativos têm oportunidade de reavaliar, reexaminar e reorientar a sua ação</p>	<p>1. Insuficiente número de horas atribuídas ao órgão executivo</p> <p>2. Redução do Orçamento (insuficiente) considerando as necessidades.</p> <p>3. Regras exteriores ao Agrupamento que influenciam o quotidiano do agrupamento</p> <p>4. Sobrecarga de funções e de atribuições burocráticas do professor impostas pela legislação</p> <p>5. Fraca oferta de formação acreditada nas TIC e outras áreas, adequada às necessidades reais dos professores e realizada de forma gratuita</p> <p>6. Colocação de assistentes operacionais por diferentes entidades com normas e regras de funcionamento diverso</p> <p>7. Inexistência da substituição de assistentes operacionais em situação de ausência prolongada</p> <p>8. Colocação de assistentes operacionais sem formação na área correspondente</p> <p>9. Formação direccionada para assistentes operacionais pouco relacionada com a vertente pedagógica</p>

**Condições do Agrupamento para responder às Oportunidades e Ameaças**

<p><b>Pontos fortes</b></p>	<p>1. Respeito pela especificidade de cada nível de ensino, por parte da Direção</p> <p>2. Partilha de saberes/experiências intra-agrupamento</p>	<p>1. Maior poder negocial com todas as entidades tutelares ou parceiras</p> <p>2. Utilização das novas tecnologias de comunicação à distância (plataformas, blogues, correio eletrónico) no contato entre</p>
-----------------------------	---	--

	<p>3. Conhecimento aprofundado do percurso dos alunos e maior facilidade de articulação entre ciclos e níveis de ensino</p> <p>4. Recursos WEB em funcionamento, atualizados e acessíveis: página de escola, PTE, Moodle, etc</p>	<p>os elementos da comunidade educativa</p> <p>3. Auto-conhecimento da realidade escolar com base em dados atualizados e reais.</p> <p>4. A implicação dos professores na avaliação interna da Escola.</p>
<b>Pontos fracos</b>	<p>1. Atitudes individualistas e falta de trabalho colaborativo, por parte de alguns elementos da comunidade educativa</p> <p>2. Resistências na apreensão da informação veiculada, por parte de elementos da comunidade educativa</p>	<p>1. Insuficiente formação de professores na área das tecnologias educativas</p> <p>2. Clima de desconforto entre os vários actores no processo</p> <p>3. Falta do espírito de pertença em relação ao agrupamento, por alguns elementos da comunidade educativa</p>

<b>Dimensão 4</b>	
<b>Agrupamento e Comunidade</b>	
<b>Diagnóstico</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>. Saída de alunos no final do 3º ciclo para outras escolas fora da freguesia</li> <li>. Fraca participação dos encarregados de educação na vida da escola</li> <li>. Necessidade de respostas diversificadas considerando a diversidade cultural do agrupamento</li> <li>. Transportes escolares escassos e onerosos, a falta de alternativas</li> <li>. Acessibilidades deficientes</li> <li>. Problemas sociais comprometem a integração dos alunos estrangeiros</li> </ul>	
<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<p>1. Agrupamento integrado na Comunidade - parceiro em diversas iniciativas psicossociais e culturais.</p> <p>2. Celebração de contratos de autonomia e de outros acordos com os parceiros</p> <p>3. Agrupamento de referência no acolhimento / integração - do imigrante.</p> <p>4. Sinergias geradas entre o agrupamento e as instituições e as associações locais.</p> <p>5. Agrupamento de 1ª opção, no seio da</p>	<p>1. Restrições orçamentais por parte do MEC e das Autarquias</p> <p>2. Fraca acessibilidade e insuficiência de transportes no caso da ESJCP e da EB1/JI do Conventinho</p> <p>3. Preconceitos e ideias pré-concebidas face a alguns focos da população discente do Agrupamento.</p> <p>4. Famílias desestruturadas e com problemas económicos.</p>



comunidade	
6. Existência de Associação de Pais em algumas escolas com potencialidade para alargar ao agrupamento	5. Inexistência de estruturas económicas de complementaridade de formação

### Condições do Agrupamento para responder às Oportunidades e Ameaças

<b>Pontos fortes</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A existência de recursos materiais e tecnológicos de qualidade</li> <li>2. Um corpo docente estável e profissionalizado e competente</li> <li>3. Profissionais utilizadores dos recursos tecnológicos</li> <li>4. Disponibilidade do corpo docente e dos órgãos de gestão na resposta às solicitações dos elementos da comunidade escolar</li> <li>5. Disponibilidade de recursos institucionais e de respostas aos problemas socioculturais na Freguesia</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Localização das escolas do agrupamento numa zona com boa qualidade ambiental</li> <li>2. Agrupamento sustentável, com boas práticas sociais e ambientais.</li> <li>3. Abertura ao diálogo com toda a comunidade educativa</li> <li>4. Espaços físicos interiores e exteriores de qualidade.</li> </ol>
<b>Pontos fracos</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Contingências ao nível do serviço dos refeitórios/bares</li> <li>2. Insuficiente número de assistentes operacionais em todos os estabelecimentos de ensino do Agrupamento</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fraca dinâmica da Associação de Estudantes da ESJCP</li> <li>2. Inexistência de uma Associação de Pais e EE de Agrupamento</li> </ol>

## 3. A missão e a Visão do Agrupamento

### 3.1. A escola hoje

A escola dos nossos dias, contrariamente ao período da massificação escolar dos anos 70 e 80 do final do século passado, tem de aproveitar positivamente os efeitos da evolução demográfica. O decréscimo de alunos coloca às escolas novos desafios, tendo as mesmas de assumir um carácter de maior qualidade no ensino prestado.

De acordo com os novos referenciais de modernização, definidos pela União Europeia para todos os seus países membros, as escolas e o ensino devem organizar-se para que a educação de cada criança corresponda às suas necessidades específicas de aprendizagem e os sistemas escolares devem organizar-se de forma a minimizar os impactos negativos sobre os resultados de fatores geradores de desvantagens educativas.

O que se preconiza é que ninguém seja deixado para trás, que todos tenham as mesmas oportunidades, que a escola seja um fator de inclusão e não um instrumento que acentue mais os desequilíbrios existentes.

Para além de outras problemáticas, aqui convergem dois dos principais problemas que se colocam às escolas em geral e ao nosso Agrupamento em particular: por um lado, a diversidade e a heterogeneidade e, por outro, a equidade e a individualização para que todos tenham sucesso.

O nosso Agrupamento insere-se num meio suburbano de praticamente total dependência ao nível do emprego da capital. Os jovens são, na sua maioria, abandonados à sua sorte durante a maior parte do dia. A escola tem, nestas circunstâncias, de oferecer condições de permanência educativa, produtiva e de lazer, e de ser o garante da estabilidade emocional e afetiva dos jovens que a frequentam, não esquecendo a satisfação de algumas outras condições de subsistência, como a alimentação, que alguns alunos fazem quase exclusivamente na escola durante o dia.

### **3.2. Missão e visão do agrupamento**

A missão da Escola reflete hoje a complexidade da própria sociedade em que se insere. As mutações constantes a todos os níveis, as alterações tecnológicas que ocorrem todos os dias, os desequilíbrios e as ruturas sociais, provocam na comunidade educativa, nomeadamente na classe docente, uma grande angústia, acrescida das exigências das famílias, da sociedade e do Ministério da Educação no sentido da obtenção de respostas e da apresentação de resultados.

A preparação dos jovens como cidadãos da Europa e do Mundo é a grande finalidade da escola de hoje. Prepararmos jovens conscientes dos seus deveres e dos seus direitos, das suas responsabilidades e, também, informados das suas oportunidades, no fundo do seu papel na sociedade atual, é essa a missão das (nossas) escolas.

Dado o grau de exigência da sociedade, os nossos alunos devem à saída da escola possuir competências transversais e de adaptabilidade, como requisitos preferenciais de inclusão social e de acesso ao(s) emprego(s) ao longo da vida. Este objetivo mais lato não se coaduna com, ainda, muitas práticas pedagógicas nas escolas e na nossa escola, em que prevalece e se privilegia a transmissão de corpos estruturados de conhecimento específico.

Há, por outro lado, a pressão exercida sobre a escola para suprir as dificuldades de acompanhamento por parte das famílias, situação que se verifica bastante na nossa comunidade educativa, nomeadamente por falta de tempo e/ou de preparação escolar por parte dos pais e encarregados de educação, que obriga a uma clarificação de papéis e de relações e que implica mesmo soluções organizacionais e de governo condizentes, com implicações, igualmente, ao nível da formação dos professores, ao nível dos processos de partilha de papéis e na constituição de redes e de compromissos com outros parceiros e entidades.

Para o cumprimento desta missão o Agrupamento de Escolas General Humberto Delgado tem de afirmar-se como referência de excelência educacional pelos seus resultados e pela sua intervenção na comunidade em que se insere. Para tanto, precisamos de ancorar a nossa tarefa em valores. Precisamos de desenvolver uma cultura organizacional estruturada em torno de valores de modernidade e em que a maioria adote procedimentos efetivamente inovadores. Precisamos de incorporar nos já assimilados valores da tolerância, do trabalho, da ética profissional, da cooperação, da partilha, da dedicação, novos desígnios como a criatividade, a inovação, a abertura a novas formas e a novas fontes de transmissão e de partilha do conhecimento e da preparação para a vida ativa.

O AEGHD tem de tirar partido da situação privilegiada de poder construir um projeto educativo abrangente aos vários ciclos de ensino, da educação pré-escolar ao ensino secundário, não esquecendo a via profissionalizante. Neste domínio, dada a importância que o mesmo já assume em número de alunos, de turmas e de cursos, tem o AEGHD a obrigação de enquadrá-lo e valorizá-lo no contexto da região em que se insere, como resposta às necessidades de formação no tecido socioeconómico, assim, como também, encará-lo como uma política de integração e de reconhecimento social para os alunos que o procuram e o frequentam, seja ao nível do ensino básico seja ao nível do ensino secundário. Queremos incorporar esta distinção, ao nível da oferta formativa, das outras

instituições do meio e da região. Mas queremos, sobretudo, apostar na qualidade da formação ao nível do ensino regular, nos vários ciclos de ensino. Um melhor e mais alargado diagnóstico, uma maior eficácia no acompanhamento dos alunos, um maior envolvimento das famílias, uma maior coesão do corpo docente.

#### 4. As Finalidades educativas e as Metas

A **Constituição da República Portuguesa** refere no seu artigo 73º que *“Todos têm direito à educação e à cultura.”*, ponto 1, e que *“O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva.”*, ponto 2. Já no que diz respeito ao **Ensino** o texto fundamental aponta no seu artigo 74º, ponto 1, que *“Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.”*

Por sua vez a **Lei de Bases do Sistema Educativo** (LBSE), nos Princípios Gerais salienta que *“O sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho”*, ponto 4, e que *“A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.”*, ponto 5.

Já no seu artigo 3º - Princípios organizativos – a LBSE sublinha, entre outros aspetos, que o **sistema educativo** se organiza de forma a *contribuir para a defesa da identidade nacional; para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico; assegurar o direito à diferença, mercê do respeito pelas personalidades e pelos projetos individuais da*

existência, bem como da consideração e valorização dos diferentes saberes e culturas; desenvolver a capacidade para o trabalho; e contribuir para a realização pessoal e comunitária dos indivíduos.

À escola, observados os preceitos constitucionais e legais atrás referidos, **compete organizar-se de molde a responder às solicitações da comunidade** específica em que se insere e dos seus alunos nas suas particularidades. **Compete**, igualmente, à escola **escolher as melhores soluções pedagógicas** de acordo com as raízes culturais, as idiossincrasias e as vivências sociais dos indivíduos que a frequentam e que a partir deste ponto projetam as suas expectativas e moldam o seu futuro. A caracterização da situação de partida da comunidade envolvente é determinante para a formulação dos objetivos a alcançar no âmbito do projeto educativo, com base num conjunto de princípios, de metodologias e estratégias que configurem a possibilidade de superar as problemáticas identificadas.

Às características deveras peculiares da comunidade educativa do nosso Agrupamento, que prima pela diversidade e pela multiculturalidade, a que é necessário dar respostas apropriadas, juntam-se problemas diversificados devidamente sinalizados. Assim, e no âmbito dos princípios e objetivos do projeto educativo, considera-se determinante:

Objetivo central I
<p><b>Melhorar os resultados da aprendizagem:</b> pretende-se com este objetivo desenvolver um conjunto de ações, previstas no plano, que contribuam para a melhoria do ensino e da aprendizagem de modo a possibilitar uma melhoria de sucesso nos vários ciclos.</p> <p><b>A meta a estabelecer:</b> a melhoria de meio ponto percentual em cada ano de escolaridade, do 1º ao 12º ano, até ao final do ano 2014-2015.</p>
Objetivos estratégicos
<p><b>Estimular uma cultura de trabalho, de rigor e de excelência:</b> pretende-se desenvolver junto dos alunos uma atitude de empenho e de trabalho, valorizando, para tanto, esse mesmo esforço pela divulgação e pelo reconhecimento público;</p> <p><b>Adotar um projeto(s) curricular(es) flexível(is):</b> no sentido de uma resposta adequada a situações de diversidade de aprendizagens, quer ao nível dos défices de aprendizagem, quer ao nível das diferenças culturais, com a criação, como exemplo já adotado, de um programa orientado para uma formação básica a nível linguístico e histórico-geográfico dos alunos estrangeiros, com vista à sua integração social (Projeto INTEGRA);</p>

**Potenciar a articulação entre ciclos de ensino:** pretende-se otimizar a sequência através de um projeto educativo único no sentido da melhoria das aprendizagens, respondendo aos interesses da comunidade educativa nas respostas formativas e no sentido da melhoria dos resultados;

**Constituir turmas tendencialmente homogêneas ao nível dos anos iniciais de ciclo:** pretende-se, deste modo, adaptar as metodologias de trabalho às características próprias do desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos;

**Reforçar os mecanismos de apoio socioeducativo:** com base nos resultados obtidos e tendo em conta critérios previamente definidos, apoiar os alunos com mais dificuldades de aprendizagem, numa cobertura que se aproxime dos 100% por disciplina, e com maiores dificuldades económicas, através dos auxílios do ASE;

**Promover uma cultura de cidadania e hábitos de vida saudável:** nesta vertente constitui objetivo do agrupamento promover junto dos alunos práticas de participação na vida das escolas, a assunção de responsabilidades de diversa ordem desde os aspetos de índole cívica aos de higiene pessoal;

**Refletir sobre as práticas relacionadas com o processo ensino-aprendizagem e adequá-las a novas necessidades/situações:** a reflexão aprofundada e consequente acerca das práticas docentes.

**Valorizar as experiências e as práticas colaborativas com vista à melhoria do ensino:** pretende-se a dinamização do trabalho colaborativo entre os docentes do agrupamento, a entreajuda, a partilha.

#### Objetivo central II

**Garantir a segurança, o bem-estar e a disciplina:** com este objetivo tem-se em vista a melhoria das condições de segurança nas escolas e espaços envolventes, através do reforço das ações de acompanhamento e de vigilância, envolvendo para tanto elementos internos e externos da comunidade educativa.

**A meta a estabelecer:** redução para metade das participações disciplinares, tendo como ponto de partida o ano letivo 2010-2011, até 2014-2015.

#### Objetivos estratégicos

**Promover a participação dos pais e encarregados de educação na resolução dos problemas de indisciplina:** o envolvimento da família é a primeira condição para a prevenção e a resolução de problemas de índole disciplinar;

**Promover o conhecimento sobre o regulamento interno da escola:**

disponibilizar em formato claro e sucinto a cada corpo da comunidade educativa o essencial dos seus direitos e deveres constantes do mesmo e zelar pela sua aplicação.

**Reforçar o papel das estruturas que tratam diretamente com a problemática da indisciplina:** pretende-se o reforço das competências e da imagem destas estruturas intermédias de integração e de apoio disciplinar.

**Reforçar a autoridade do professor, sobretudo em contexto de sala de aula:** pretende-se o estabelecimento de uma relação em que a autoridade do professor surja pela confiança, pela interação, pela aceitação das regras sociais pelos alunos, pela flexibilidade de pensamento, pelo convívio com a diversidade e pela tolerância.

**Implicar o envolvimento dos serviços de psicologia e orientação escolar nas ações junto dos alunos:** pretende-se que, em situações com outras cambiantes, os serviços de psicologia intervenham.

**Educar para os valores:** a apropriação e a consolidação dos valores essenciais para a integração social, assim como outros de maior profundidade individual como a solidariedade, a confiança, a justiça, o livre arbítrio, a ética, constitui a base deste objetivo.

## Objetivo Central III

**Reduzir o absentismo e o abandono escolar:** propõe-se a redução do número de casos de absentismo nos alunos, percebendo a sua origem e tentando ir de encontro às expectativas de escolarização e de formação dos discentes.

**A meta a estabelecer:** diminuir até 50% o nível de absentismo dos alunos, tendo por base o ano letivo 2010-2011 e por termo o ano 2014-2015.

## Objetivos estratégicos

**Responsabilização dos Pais e Encarregados de Educação pelo incumprimento dos seus educandos na assiduidade e no abandono:** pretende-se o envolvimento permanente dos pais e encarregados de educação e a sua assunção de responsabilidades.

**Comunicação ativa escola – encarregado de educação, através do Diretor de Turma, em casos de rutura iminente:** o reforço da comunicação entre a escola e a família de forma efetiva, pelos meios mais eficazes, é fundamental.

**Levantamento atempado e análise de situações de risco pelo DT em colaboração com outros órgãos internos e externos ao agrupamento:** pretende-se que, o mais cedo possível, os casos de incompatibilidade de formação, de desmotivação, de total indiferença perante a escola e a formação, sejam objeto de análise conjunta: família-escola-outras instituições.

#### Objetivo Central IV

**Valorizar a formação da via profissionalizante:** pretende-se perspetivar a formação profissionalizante como uma alternativa válida e adequada ao cumprimento de uma vontade do aluno e, igualmente, ao cumprimento da escolaridade obrigatória.

**A meta a estabelecer:** consolidar a oferta existente ao nível do ensino básico (CEF) e de abertura de mais dois cursos, além dos existentes, ao nível do secundário (Profissionais) na área das Artes (visuais e de representação).

#### Objetivos estratégicos

**Estabilizar nas formações, ao nível do ensino básico e do secundário, que melhor respondam às solicitações dos jovens, às necessidades do mercado empregador e melhor se enquadrem nos recursos das escolas do agrupamento:** a consolidação de áreas de formação na EB2,3 GHD e na ES/3 JCP, em função do que tem sido a oferta e da própria sequência entre ciclos, é fundamental por força do próprio investimento realizado e da identificação do agrupamento.

**Encontrar as melhores respostas de formadores para a componente técnica dos cursos oferecidos:** o êxito das formações de carácter profissionalizante, depende em grande medida da qualidade da sua formação técnica e, conseqüentemente, dos seus formadores.

**Mobilizar os docentes do quadro do agrupamento para as vias profissionalizantes:** devendo ser encaradas como fundamentais para a formação dos alunos, deve o corpo docente mobilizar-se para o seu êxito.

**Promover os cursos a serem ministrados nas escolas do agrupamento junto da comunidade envolvente:** a divulgação da oferta formativa do agrupamento é fundamental, nomeadamente ao nível dos Cursos Profissionais, daí a importância da sua consolidação, identificação e sucesso.



## Objetivo Central V

**Promover a importância do Agrupamento no contexto local:** pretende-se a realização de, pelo menos, três iniciativas anuais no agrupamento com vista à melhoria das relações interpessoais e uma acção anual que reforce a imagem e o prestígio das escolas do agrupamento junto da comunidade envolvente.

**A meta a estabelecer:** a manutenção de uma atividade global anual pelo agrupamento e duas parcelares por escola.

## Objetivos estratégicos

**Participar em projetos da comunidade:** a disponibilidade para a participação das escolas do agrupamento em projetos propostos por parceiros da comunidade ou a própria propositura de projetos em prol da comunidade;

**Consagrar as escolas do agrupamento** como organizações qualificantes, inclusivas e de qualidade;

**Assegurar uma efetiva participação dos pais e EE e de outros elementos da comunidade escolar:** os órgãos do Agrupamento diligenciarem no sentido da participação de pais e EE no desenvolvimento da vida escolar dos seus educandos e no funcionamento dos vários órgãos de gestão;

**Potenciar a aproximação da Escola à Comunidade:** pretende-se continuar a abertura das escolas do agrupamento à participação da comunidade envolvente, torná-las *imprescindíveis* no seio da comunidade.

## Objetivo Central VI

**Reforçar a formação:** pretende-se neste domínio estimular o interesse pela formação contínua e contextualizada para que os índices de participação do pessoal docente e não docente se situe num nível elevado.

**A meta a estabelecer:** a elaboração de um plano de formação a médio prazo (2 anos) para docentes e não docentes, com 50% de concretização no final desse período.

## Objetivos estratégicos

**Diagnosticar as necessidades de formação do pessoal docente e não docente:** criando as condições para a actualização dos referidos corpos profissionais de modo a responderem às exigências dos nossos dias nos vários domínios;

**Potenciar a utilização dos equipamentos e das novas tecnologias:** pretende-se neste aspeto, tirar o melhor partido das condições existentes, nomeadamente dos equipamentos e das tecnologias instaladas, operacionalizando um programa informal de formação junto dos docentes, através do projecto TIC.

## 5. Avaliação do Projeto Educativo do Agrupamento

O Projeto Educativo tem a sua operacionalização através do Plano de Anual de Atividades do Agrupamento que é objecto de avaliação anual, de acordo com os objetivos operacionais definidos. Dessa avaliação deverá resultar uma proposta de revisão, em função do grau de persecução dos referidos objetivos.

### 5.1. Avaliação do PAAA

Sendo o PAAA, de acordo com a lei, *o documento de planeamento, que define, em função do projecto educativo, os objetivos, as formas de organização e de programação das actividades e que procedem à identificação dos recursos necessários à sua execução*, deve a avaliação do mesmo ser efetuada por um grupo de professores com origem no Conselho Pedagógico, mas que pode incorporar outros elementos, e em estreita ligação com o assessor da direção que esteve na organização e estruturação desse mesmo plano de atividades.

Para tanto, esse grupo faz uso de instrumentos diversos nomeadamente a análise documental, o tratamento estatístico, a aplicação de questionários ou outros que se entenda por conveniente aplicar.

Os momentos de avaliação mais aprofundada são no final do primeiro período e no final do ano. No primeiro pretende-se analisar o grau de aplicabilidade e de execução do referido plano, podendo, nesta altura, haver correções de percurso, adaptações e alterações. No final do ano o objetivo é efetuar-se um balanço final da execução do plano e a análise dos resultados obtidos. Sendo que o objetivo final é avaliar o grau de qualidade e de consecução das propostas nos vários domínios do PAAA.

## **5.2. Avaliação do PEA**

A avaliação do PEA constitui-se como um retorno de informação sobre os processos desenvolvidos nas escolas bem como dos seus resultados de modo a reorientar a ação fundamentalmente em termos de ensino e de aprendizagem e da formação dos atores educativos.

De molde a manter atualizado o PEA para que possa ser a referência doutrinária e programática da ação educativa do agrupamento, o Conselho Geral deve constituir uma equipa de avaliação do PEA, definindo para tal os objetivos que devem presidir a essa equipa.

Os instrumentos de análise devem ser os que melhor se adaptem aos objetivos propostos.

Quanto à periodicidade, esta deve coincidir com o fim de cada ano letivo, de forma mais abreviada e com sentido corretivo, e no fim do ciclo para o qual foi elaborado o Projecto Educativo de Agrupamento, de forma mais aprofundada.

## **6. Aprovação e divulgação**

Uma vez aprovado o PEA pelo Conselho Geral, deve o mesmo ser devidamente divulgado, nomeadamente nas páginas das escolas do agrupamento e, da forma considerada mais eficaz, por toda a comunidade educativa.

## **7. Anexos**

### **7.1. Objetivos gerais dos ciclos de ensino**

A Escola é um espaço de mudanças preconizadas pelo Sistema Educativo de acordo com leis fundamentais. Nessa medida, dentro de uma conjuntura global, o Projeto Educativo deve refletir a identidade da escola, as suas problemáticas e os seus objetivos, a fim de traçar linhas estratégicas de atuação. Para a concretização do Projeto Educativo, a escola deve orientar-se pelos princípios e finalidades consignados na Lei de Bases do Sistema Educativo, documento que estabelece os meios pelos quais se concretiza o direito à educação.

Reconhecendo o princípio fundamental de que todos têm direito à educação e à cultura, é da responsabilidade do Estado, em geral, e da Escola, em particular, promover e garantir “o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares” (Lei de Bases do Sistema Educativo). De acordo com este princípio, a Escola deve responder às

necessidades da realidade social em que se insere e criar formas de participação de todos os intervenientes no processo educativo, contribuindo para o pleno desenvolvimento dos seus alunos.

Nessa medida, o Projeto Educativo do Agrupamento deve corresponder à orientação educativa que se considere mais adequada às suas necessidades e aos seus interesses, de acordo com o público a que se destina. Por um lado, a educação pré-escolar, no seu aspeto formativo, complementar da ação educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação. Por outro, a educação escolar, que compreende duas realidades diferentes, o ensino básico e o ensino secundário. O primeiro, universal, obrigatório e culturalmente abrangente, permite a opção de formação subsequente; o segundo, organizado em percursos diferenciados, a curto prazo também obrigatório, contempla a existência de cursos orientados, quer para o prosseguimento de estudos, quer para o ingresso no mundo do trabalho.

Tendo em vista a promoção do sucesso escolar e a prevenção do abandono escolar, sem deixar de privilegiar o ensino regular, o agrupamento diversificou a sua oferta formativa nos três ciclos de ensino – 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário. Nos primeiros, passou a oferecer Cursos de Educação e Formação que permitem uma qualificação profissional, *“uma modalidade de formação e qualificação diversificada, flexível e [...] complementar, face a modalidades existentes”* (Disp.Conjunto nº 453/04 de 27/7)

No que respeita ao ensino secundário, para além de cursos científico-humanísticos e de cursos tecnológicos, o agrupamento oferece também cursos profissionais, *“vocacionados para a qualificação inicial dos alunos”* (Dec.-Lei nº 74/04 de 26/3), visando também neste ciclo adaptar a oferta às motivações, expectativas e aspirações dos alunos.

Deste modo, tendo por base os princípios definidos na Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86) e, em particular, as necessidades e os interesses do agrupamento, consideram-se prioritários os objetivos que se seguem para os vários ciclos.

#### **7.1.1. Objetivos da Educação Pré-escolar**

- a) Estimular as capacidades da criança e favorecer o seu desenvolvimento e formação;
- b) Contribuir para a estabilidade e a segurança afetivas da criança, promovendo a orientação e o encaminhamento da mesma;
- c) Favorecer a compreensão do meio natural e humano para melhor integração e participação da criança;
- d) Desenvolver a formação moral da criança e o sentido da responsabilidade, associado ao da liberdade;
- e) Fomentar a integração da criança em grupos sociais diversos, tendo em vista o desenvolvimento da sociabilidade;

- f) Desenvolver as capacidades de expressão, comunicação e imaginação criativa, estimulando a atividade lúdica;
- g) Inculcar hábitos de higiene e de defesa da saúde pessoal e coletiva;
- h) Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso das aprendizagens.

#### **7.1.2. Objetivos do Ensino Básico:**

- a). Assegurar uma formação geral que permita aos alunos a descoberta e o desenvolvimento de interesses, aptidões e capacidades, promovendo a realização individual e o exercício de uma cidadania responsável;
- b). Assegurar a oferta de uma formação escolar e de qualificação profissional aos alunos que pretendam ingressar no mundo do trabalho, promovendo a sua realização individual e o exercício de uma cidadania responsável;
- c). Proporcionar a aquisição de conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos ou a inserção em esquemas de formação profissional, fomentando o gosto pela atualização de conhecimentos e a promoção do sucesso escolar;
- d). Facilitar a aquisição e o desenvolvimento de métodos e instrumentos de trabalho valorizando a dimensão humana do trabalho;
- e). Proporcionar aos alunos experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e socioafetiva, fomentando atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer na família, quer na escola ou na realidade circundante;
- f). Proporcionar a aprendizagem de uma primeira língua estrangeira e a iniciação de uma segunda;
- g). Proporcionar atividades curriculares específicas para a aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua aos alunos cuja língua materna não seja o português;
- h). Assegurar o equilíbrio entre o saber e o saber-fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano;
- i). Proporcionar o desenvolvimento físico e motor, em atividades manuais ou artísticas, sensibilizando para as diversas formas de expressão estética;
- j). Proporcionar a aquisição progressiva da autonomia, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e intervenientes na comunidade, bem com a aquisição de noções de educação cívica e moral;
- k). Estruturar o ensino-aprendizagem da língua materna a fim de que todas as outras componentes curriculares contribuam de forma sistemática para o desenvolvimento das capacidades do aluno ao nível da compreensão e produção de enunciados orais e escritos em português.

l). Assegurar aos alunos com necessidades educativas específicas a aplicação de medidas de apoio e complemento educativos que contribuam para a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar, em articulação com os Serviços Especializados de Apoio Educativo.

m). Fomentar a consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspetiva humanitária, de solidariedade e cooperação, fazendo prevalecer o apreço pela identidade nacional, pela língua, pela história e pela cultura portuguesas.

n). Assegurar o acompanhamento do saudável crescimento e desenvolvimento dos alunos em articulação com os serviços especializados de centros de saúde da área e estruturas afins.

o). Através dos serviços de psicologia e orientação escolar, participar no processo de informação e de orientação escolar e profissional dos alunos, em colaboração com as famílias.

### **7.1.3. Objetivos do Ensino Secundário**

a). Assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica e o aprofundamento de uma cultura humanística, artística, científica e técnica que constituam suporte cognitivo e metodológico apropriado para o eventual prosseguimento de estudos e para a inserção na vida ativa;

b). Facultar aos jovens conhecimentos necessários à compreensão das manifestações estéticas e culturais e possibilitar o aperfeiçoamento da sua expressão artística;

c). Fomentar a aquisição e aplicação de um saber cada vez mais aprofundado assente no estudo, na reflexão crítica, na observação e na experimentação;

d). Estruturar o ensino-aprendizagem da língua materna a fim de que todas as outras componentes curriculares contribuam de forma sistemática para o desenvolvimento das capacidades do aluno ao nível da compreensão e produção de enunciados orais e escritos em português;

e). Proporcionar atividades curriculares específicas para o reforço da aprendizagem do português, bem como a sua aprendizagem como segunda língua por alunos com outra língua materna;

f). Formar, a partir da realidade concreta e no apreço pelos valores da cultura, jovens interessados na resolução dos problemas do País e sensibilizados para os problemas da comunidade internacional;

g). Facultar contactos e experiências com o mundo do trabalho, fortalecendo os mecanismos de aproximação entre a escola, a vida ativa e a comunidade e dinamizando a função inovadora e interventora da escola;

h). Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo do trabalho;

i). Criar hábitos de trabalho e favorecer o desenvolvimento de atitudes de reflexão, de abertura de espírito, de sensibilidade e de disponibilidade e adaptação à mudança.

## **7.2. Modelo de avaliação**

### **Critérios Gerais de avaliação das aprendizagens**

A educação pré-escolar é a primeira etapa no processo de educação ao longo da vida o que implica que nesta fase se criem as condições necessárias para o acesso à escola e para o sucesso das aprendizagens. Neste sentido, é essencial que o educador planeie o seu trabalho e avalie o processo e os seus efeitos no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças. A observação constitui, deste modo, a base do planeamento e da avaliação, servindo de suporte à intencionalidade do processo educativo. Por outro lado, o conhecimento que o educador adquire da criança e do modo como esta evolui é enriquecido pela partilha com outros adultos que também têm responsabilidades na sua educação, nomeadamente com os pais, o que permite um melhor conhecimento da criança e de outros contextos que influenciam a sua educação. (legislação...).

Na educação escolar, a avaliação constitui *“um processo regulador das aprendizagens, orientador do percurso escolar e certificador das aquisições realizadas pelos alunos”* (Dec.-Lei nº 6/01 de 18/1, com as alterações do Dec.-Lei nº 209/02 e Dec.-Lei nº 74/04, com as alterações do Dec.-Lei nº24/06 e outras publicadas). Nessa medida, os documentos legais estabelecem os princípios orientadores da organização e da gestão do currículo, bem como da avaliação das aprendizagens.

A avaliação incide sobre as aprendizagens inerentes às áreas curriculares e componentes de formação, em moldes a definir nos Projetos Curriculares. Conta também com as aprendizagens de carácter transversal que constituem objeto de avaliação em todas as disciplinas e áreas curriculares, devendo ser entendida como um dos elementos do currículo, integrado no processo de aprendizagem dos alunos.

No ensino básico, o professor titular de turma (1º ciclo) e os professores que compõem o conselho de turma (2º e 3º ciclos) são os principais responsáveis pela avaliação das aprendizagens dos alunos, de acordo com as competências, as metodologias e os critérios estabelecidos nos projetos curriculares de turma.

A avaliação deve ser estruturada em três modalidades:

- ✓ *Diagnóstica* – constitui a base para a elaboração dos projetos curriculares de turma, possibilitando estratégias de diferenciação pedagógica;
- ✓ *Formativa* – modalidade fundamental de avaliação, é contínua e sistemática, regulando o processo de ensino e de aprendizagem;
- ✓ *Sumativa* - formula um juízo globalizante sobre as aprendizagens realizadas e traduz-se numa classificação, no final de cada período, ano ou ciclo. No 1.º ciclo do ensino básico, a avaliação sumativa exprime-se de forma descritiva, incidindo sobre as diferentes áreas curriculares.

Considera-se que a avaliação deve ter um carácter formativo, de acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem e de participação integrada de todos os agentes educativos, visando a promoção do sucesso educativo e a formação global dos alunos. Sempre que necessário, deve recorrer aos serviços especializados de apoio educativo.

No âmbito da diversificação das ofertas curriculares, a escola desenvolve ainda Cursos de Educação e Formação com uma estrutura curricular de cariz profissionalizante, de acordo com a especificidade das diferentes áreas de formação. Esses percursos integram quatro componentes de formação: *Sociocultural, Científica, Tecnológica e Prática*.

A avaliação destes cursos “*é contínua e reveste um carácter regulador*” ( Desp. conjunto nº 453/04 de 29/07), formalizando-se em três momentos de avaliação coincidentes com os períodos letivos estabelecidos. Trata-se de uma avaliação por disciplina e por componente de formação, podendo realizar-se, de acordo com o curso, uma Prova de Avaliação Final de desempenho profissional. Pelo seu carácter integrador, deve possibilitar ajustamentos no processo de ensino-aprendizagem com vista à aquisição pelos alunos/formandos de métodos de trabalho e de estudo e ao desenvolvimento progressivo de atitudes e capacidades.

No ensino secundário, pretende-se um ensino direcionado para a formação e qualificação dos jovens que possa responder aos desafios da sociedade moderna. Nessa medida, a par do combate ao insucesso e abandono escolares, urge promover o aumento da qualidade das aprendizagens, indispensáveis ao desempenho dos alunos.

Com o objetivo de responder à necessária articulação educação / formação, a escola diversifica a sua oferta formativa através dos cursos científico-humanísticos, vocacionados para o prosseguimento de estudos de nível superior, dos cursos tecnológicos, orientados tanto para a inserção no mercado de trabalho como para o prosseguimento de estudos, e dos cursos profissionais, vocacionados para a qualificação inicial dos alunos, mas permitindo o prosseguimento de estudos.

“*O regime de avaliação é regulado [...], em função da natureza dos cursos*” (Dec.-Lei nº 74/04, com as alterações do Dec.-Lei nº 24/06), compreendendo as modalidades de avaliação formativa e sumativa:



. *Formativa* – contínua e sistemática, com função diagnóstica, determina a adoção de medidas de diferenciação pedagógica adequadas às características dos alunos e às aprendizagens a desenvolver;

. *Sumativa* – formula um juízo globalizante, tendo como objetivos a classificação e a certificação dos alunos.

Neste ciclo de ensino, assumem especial relevo a articulação com o ciclo de escolaridade anterior, entre o currículo e a avaliação, a flexibilização na construção de percursos alternativos, a valorização da aprendizagem das tecnologias da informação e comunicação, bem como a transversalidade da educação para a cidadania e da valorização da língua e cultura portuguesas.

Em termos globais e numa perspetiva de equidade, a avaliação deve reger-se por critérios aprovados pelo Conselho Pedagógico do agrupamento, com as orientações específicas do Projeto Curricular de Escola. Tendo por base o binómio avaliação/currículo, pretende-se que as metodologias de ensino, as estratégias e os instrumentos de avaliação estejam ao serviço da aprendizagem e da formação, devendo existir coerência entre os critérios definidos e os que são efetivamente aplicados na avaliação.

O processo de avaliação implica uma reflexão baseada na prática, de modo a valorizar diferentes modalidades de acordo com os objetivos a atingir, aspeto fundamental para garantir uma avaliação de qualidade.

*“O que contribui para a credibilidade da avaliação, quantitativa ou qualitativa, é a existência de critérios que funcionam como um verdadeiro código de conduta e de postura ética, pelo que a avaliação deve ser útil, exequível e viável, ética, exata e rigorosa”* (José Augusto Pacheco, in *Avaliação das Aprendizagens – Das concepções às práticas*)

### **7.3. Plantas e funcionalidades dos estabelecimentos**

#### **7.3.1. EB1/JI de Santo António dos Cavaleiros**

#### **7.3.2. Escola Básica 1/Jardim de Infância Quinta do Conventinho**

#### **7.3.3. Escola Básica 2,3 General Humberto Delgado**

7.3.4. Escola Secundária/3 José Cardoso Pires

Espaços e funcionalidades dos Blocos do PISO 0



**1º Bloco**

- 1 - Sala de estudo
- 2 - Sala de reuniões
- 3 - Sala de Informática Cenfores
- 4,5,6 - Mediateca (BE/CRE)
- SEC - Secretaria
- SEC 1 - Secretaria (atend. ao público)
- GT - Gabinete do Tesoureiro
- REP - Reprografia
- IS - Instalações Sanitárias
- STP - Sala de Trabalho de Professores
- BP - Bar (Professores)
- E - Elevador
- SDT - Sala de Directores de Turma
- REE - Recepção Enc. Educação

**2º Bloco**

- 19 - Sala de Expressão Dramática
- 20 - Laboratório de Biologia
- 21 - Laboratório de Geologia
- 22 - Sala de Educação Tecnológica
- 23 - Sala de Biologia Geologia
- 24 - Sala de FQ/BG
- 25 - Laboratório de Química
- 26 - Laboratório de Física
- 27 - Sala de Preparação de FQ
- 28 - Sala de Artes Visuais
- 29 - Sala de Artes Visuais
- ISD - Instalações sanitárias de Deficientes
- IS - Instalações sanitárias
- SPA - Sala do Pessoal Auxiliar
- ARM - Armazém dos produtos Laboratoriais
- L - Laboratório de Fotografia
- M - Laboratório de Serigrafia

**3º Bloco**

- REF - Refeitório
- PAP - Papelaria
- BA - Bar de alunos
- AE - Sala da Associação de estudantes
- DESP - Despensa da Cozinha
- COZ - Cozinha
- SPCOZ - Sala do Pessoal da Cozinha
- SC - Sala de convívio de alunos
- AP - Apoio à Papelaria

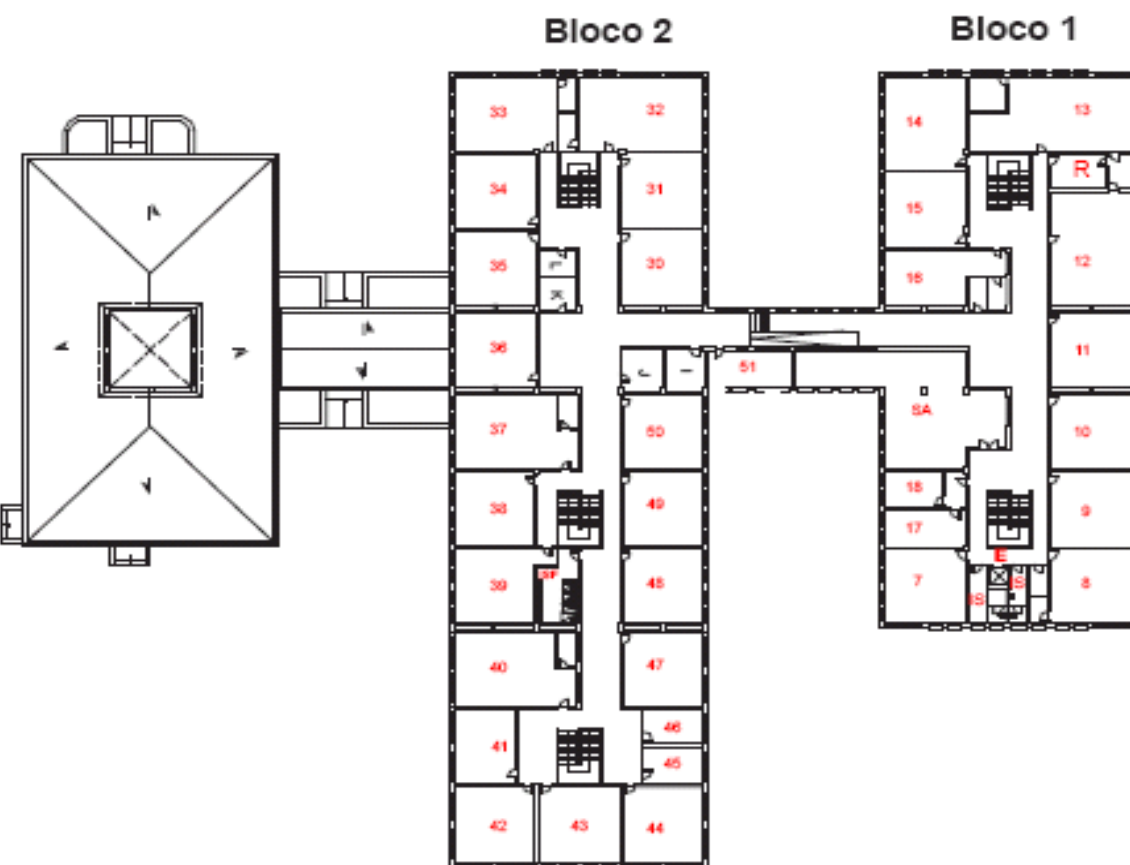
Espaços e funcionalidades dos Blocos do PISO 1

**1º Bloco**

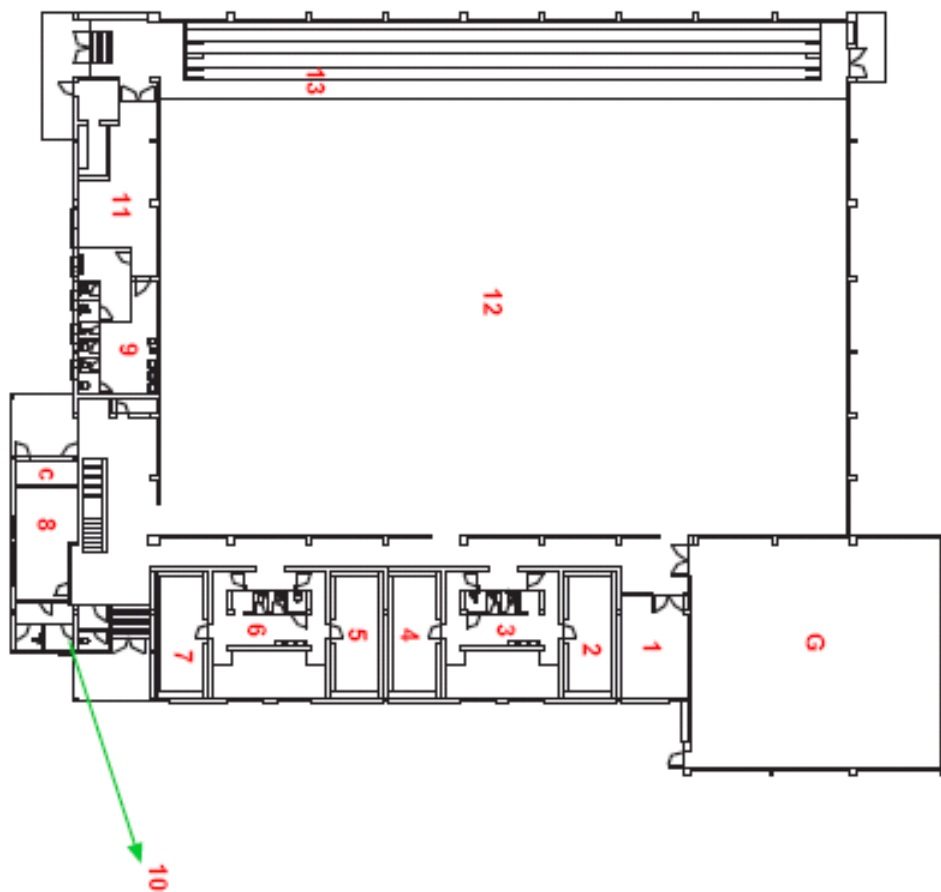
- 7- Conselho Executivo
- 8- CELO
- 9- Sala de aula
- 10- Sala de aula
- 11- Sala de aula
- 12- Sala de Informática
- 13- Sala de Informática
- 14- Sala de Informática
- 15- Sala de Informática CRIE
- 16- Sala de Trabalho de professores
- 17- Cenfores
- 18- Cenfores
- SA- Sala de Audiovisuais
- IS - Instalações Sanitárias
- R- Rádio Escolar
- E - Elevador para deficientes

**2º Bloco**

- 30- Sala de aula
- 31- Sala de aula
- 32- Sala de Artes Visuais
- 33- Sala de CEF - Bar
- 34- Sala de aula
- 35- Sala de aula
- 36- Sala de aula
- 37- Sala de aula
- 38- Sala de aula
- 39- Sala de aula
- 40- Laboratório de Matemática
- 41- Serviços Psic. Orientação
- 42- Sala de aula
- 43- Sala de aula
- 44- Sala de aula
- 45- Clube de História
- 46- Clube de Ambiente
- 47- Sala de aula
- 48- Sala de aula
- 49- Sala de aula
- 50- Sala de aula
- 51- Clube de Línguas
- 52- Oficina de escrita
- ISF - Instalações Sanitárias Femininas



**Planta e funcionalidades do Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Secundária/3 José Cardoso Pires**



- G - Ginásio
- 1 - Sala de arrumos de material
- 2,3,4 - Balneários Femininos
- 5,6,7 - Balneários Masculinos
- 8 - Sala de Professores
- 9 - WC do Público
- 10 - WC Árbitros
- 11 - Bar
- 12 - Área do campo de jogo
- 13 - Bancadas
- C - Sala da caldeira